



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Instituto de Psicologia / Programa EICOS

Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

**Convergências e Limites: discurso dos jovens da comunidade do Horto,
integrantes do Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do
Rio de Janeiro, sobre Turismo Sustentável.**

Thati Pereira

Rio de Janeiro - RJ

2012

Thati Pereira

**Convergências e Limites: discurso dos jovens da comunidade do Horto,
integrantes do Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do
Rio de Janeiro, sobre Turismo Sustentável.**

Dissertação apresentada ao Programa EICOS
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
parte dos requisitos necessários à obtenção do
grau de mestre em Psicossociologia de
Comunidades e Ecologia Social, sob a orientação
da Professora Doutora Tânia Maria de Freitas
Barros Maciel e Co-orientação da Professora
Doutora Samira Lima Costa.

Rio de Janeiro

2012

Folha de Aprovação

Convergências e Limites: discurso dos jovens da comunidade do Horto, integrantes do Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sobre Turismo Sustentável.

Thati Pereira

Dissertação submetida ao corpo docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Aprovada por:

Prof.^a Dr.^a Tânia Maria de Freitas Barros Maciel - Orientador
Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social – Departamento de Psicologia Social
Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Simone Gomes Ouvinha Peres
Programa EICOS – Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e
Ecologia Social – Departamento de Psicologia Social
Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Samira Lima Costa – co-orientadora
Departamento de Saúde, Educação e Sociedade
Universidade Federal de São Paulo

Rio de Janeiro
2012

AGRADECIMENTOS

A minha avó Marly que sempre me estimulou, me apoiou em todos os momentos, fazendo revisões e correções de português e mais que tudo sendo um exemplo de persistência e de dedicação.

A minha orientadora, Tânia Maria de Freitas Barros Maciel, que sempre me dedicou atenção e muito me ensinou, me incentivando até o fim.

A minha co-orientadora, Samira Lima Costa, que me apoiou em todos os momentos.

A professora Simone Ouwinha Peres por me prestar apoio e aceitar o convite para compor a minha banca de defesa de dissertação.

Ao João Carlos da Silva, que como responsável pelo Setor de Responsabilidade Social do Jardim Botânico, me abriu todas as portas para que eu trabalhasse com os jovens do Programa de Responsabilidade Social e que me deu todo apoio para seguir com esse projeto.

Aos jovens do Programa de Responsabilidade Social que muito me ensinaram e com os quais tive o prazer de conviver e partilhar ótimos momentos.

Ao meu chefe, Ricardo Reis, que além de me apoiar teve sempre muita compreensão em todos os momentos que precisei me ausentar do trabalho e nos momentos que meu foco era somente o mestrado.

Ao meu companheiro, Cristiano da Costa Garcia, que sempre esteve ao meu lado em cada momento e viveu comigo os diversos sentimentos pelos quais passei durante o desenvolvimento dessa dissertação.

Aos meus colegas de trabalho que me mostraram o quanto era importante buscar o crescimento profissional e ir atrás dos meus sonhos e objetivos.

Aos funcionários e professores do EICOS, assim como meus colegas de turma, Catalina Pardo Revollo, Monalisa Barbosa e Vânia Nagen, com os quais pude muitas vezes desabafar, trocar experiências que foram essenciais para que eu prosseguisse.

A minha mãe, Gyan, que sempre foi um modelo de força e caráter sempre me apoiando nos meus projetos de vida, assim como as minhas irmãs, Suria Carvalho e Dhyani Pereira, e meu irmão Gustavo Vianna Angeleas, que tanto amo e que sempre estão ao meu lado.

Ao meu pai, Guilherme Vianna, que me possibilitou os melhores estudos e toda condição para que eu pudesse hoje chegar ao mestrado e que me deu bases para que eu possa chegar ainda mais longe.

A minha mãe emprestada, Mônica Angeleas que sempre me apoia nos meus projetos pessoais.

RESUMO

PEREIRA, Thati. **Convergências e Limites: discurso dos jovens da comunidade do Horto, integrantes do Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sobre Turismo Sustentável**. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

Esta pesquisa se caracteriza como pesquisa social, e se delinea a partir das relações dos jovens da comunidade do Horto com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), promovidas pelo Programa de Responsabilidade Social (PRS) desta instituição. A partir da década de 1990, as tendências mundiais acerca de políticas sociais levaram o JBRJ a compreender a necessidade de ampliar sua atuação junto à sociedade, traçando metas de inclusão social. Assim o JBRJ adere à perspectiva da criação de um Programa de Responsabilidade Social, conforme exigido dos empreendimentos da iniciativa privada reunindo, assim, a nova tarefa de responsabilidade social à antiga problemática referente a conflitos com a comunidade do Horto, sua vizinha. A pesquisa de campo, com base em métodos qualitativos, buscou investigar de que forma os jovens participantes do PRS relatam sua relação, a de sua família e a de sua comunidade com o JBRJ. Os resultados obtidos através das análises das entrevistas e da interpretação do diário de campo mostram uma repercussão positiva na relação do JBRJ com a sua comunidade vizinha, ao criar um meio de aproximação com os seus jovens, ainda que essa aproximação tenha como base uma perspectiva conservadora de relação entre sociedade e natureza. Os Jardins Botânicos – no Brasil e no mundo – vêm transformando sua visão e suas propostas de atuação, que são, ainda na contemporaneidade, unidades que lidam com os recursos naturais, essencialmente, a partir da perspectiva conservadora, não havendo, em princípio, um investimento em controle social ou em gestão participativa, o que caracterizaria uma perspectiva emancipatória. Este canal de comunicação, que foi aberto entre JBRJ e comunidade vizinha gerou uma maior aproximação, embora não suficiente para dar a esta relação, historicamente construída ao longo de quase cem anos, o caráter socioambiental da relação sociedade-natureza. Contudo, representou um marco histórico tanto para a instituição quanto para a comunidade, se considerarmos que esta relação vinha sendo caracterizada por afastamento e conflitos.

Palavras-chave: turismo sustentável, comunidade, relação sociedade-natureza.

ABSTRACT

PEREIRA, Thati. **Dilemas e convergências: o que os jovens da Comunidade do Horto ex-integrantes do Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro relatam sobre suas relações e de sua comunidade com essa instituição.** Rio de Janeiro, 2012. Thesis (Psychology of Communities and Social Ecology) - Institute of Psychology, University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011

This research is in the scope of social research, and the relations of the youngs of Horto community with the Botanical Garden of Rio de Janeiro (JBRJ), promoted by the Social Responsibility Programme (SRP) of this institution. From the 1990s, global trends about the social policies led JBRJ understand the need to expand their work, outlining goals of social inclusion. So JBRJ adheres to the prospect of creating a Social Responsibility Program, as required by the enterprises of private gathering the new task of social responsibility to the old problem related to conflicts with the community neighbor. The field research based on qualitative methods aimed at investigating how the young participants in the PRS report their relationship, their family and their community with JBRJ. The results obtained by analyzing the interviews and the interpretation of field diary show a positive impact on the relationship of JBRJ with its surrounding community by creating a means of getting closer to their young, although this approach is still based on a conservative perspective the relationship between society and nature. The Botanical Gardens - in Brazil and in the world - are transforming their vision and their proposed action, which even in contemporary units that deal with natural resources, mainly from the conservative perspective, there are, in principle, a investment in social control or participative management, as those in the emancipatory perspective. This communication channel, which was open between JBRJ and surrounding community, led to a closer relationship, but not enough to give this relationship, historically built up over almost a hundred years, the socio-environmental relationship between society and nature. However, it represented a milestone for both the institution and the community, if we consider that this relationship had been characterized by remoteness and conflict.

Keywords: sustainable tourism, community, relationship society and nature.

LISTA DE SIGLAS

AMAHOR - Associação de Moradores do Horto

EICOS - Programa de Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

JBRJ - Jardim Botânico do Rio de Janeiro

MMA - Ministério do Meio Ambiente

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

PRS - Programa de Responsabilidade Social

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMARIO

| | |
|--|-----------|
| UNIDADE I: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA..... | 11 |
| Capítulo 1: Apresentação..... | 11 |
| Capítulo 2: Introdução..... | 12 |
| UNIDADE II: CENÁRIOS DA PESQUISA..... | 18 |
| Capítulo 3: Dos Jardins Botânicos ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro...18 | |
| 3.1 Jardins Botânicos..... | 18 |
| a)O Jardim Botânico do Rio de Janeiro | 22 |
| b)O Jardim Botânico do Rio de Janeiro e sua relação com o público: atividades de visitação e turismo..... | 24 |
| c)O Jardim Botânico do Rio de Janeiro e sua relação com a comunidade através do Programa de Responsabilidade Social | 26 |
| 3.2 A Comunidade do Horto..... | 32 |
| | |
| UNIDADE III: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E RECORTES CONCEITUAIS DA PESQUISA | 40 |
| Capítulo 4: relação sociedade-natureza..... | 40 |
| 4.1 Questão social e questão ambiental: dilemas e intersecções..... | 40 |
| 4.2 Desenvolvimento e Ecologia Social..... | 43 |
| 4.3 Estudo de Comunidades e Inclusão Social..... | 48 |
| 4.4 Visitação e turismo sustentável..... | 51 |
| | |
| UNIDADE IV: METODOLOGIA..... | 56 |
| Capítulo 5: Recursos Metodológicos da pesquisa..... | 56 |

| | |
|---|------------|
| 5.1 Contextualização da pesquisa..... | 57 |
| 5.2 Métodos de análise..... | 61 |
| UNIDADE V: REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA..... | 63 |
| Capítulo 6: Análises e discussões..... | 63 |
| 6.1 As entrevistas..... | 63 |
| a) O que dizem os jovens sobre sua relação com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro..... | 64 |
| a.1) tempo passado relação com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro antes do Programa de Responsabilidade Social..... | 65 |
| a.2) Uma nova relação dos jovens com o Jardim Botânico..... | 66 |
| b) O que dizem os jovens sobre a relação de suas famílias com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro..... | 70 |
| b.1) Uma relação ainda distante..... | 71 |
| b.2) Jardim Botânico e trabalho..... | 72 |
| b.3) Conhecer e cuidar..... | 74 |
| c) O que dizem os jovens sobre a relação de sua comunidade com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro..... | 75 |
| 6.2 Observando os jovens no Jardim Botânico do Rio de Janeiro: notas do diário de campo..... | 80 |
| 6.3 Discussões..... | 83 |
| Capítulo 7: Considerações finais..... | 86 |
| 8.REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS..... | 91 |
| APENDICE I- ENTREVISTA..... | 100 |

| | |
|---|------------|
| ANEXO I - REGULAMENTO USO PÚBLICO..... | 101 |
|---|------------|

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

| | |
|---|----|
| Figura I: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro..... | 23 |
| Figura II: Centro de Visitantes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro..... | 25 |
| Figura III: Turma de Monitores do Programa de Responsabilidade social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro..... | 30 |
| Figura IV: Alunos do programa de Responsabilidade social em aula prática..... | 31 |
| Figura V e VI: Casas da comunidade do Horto..... | 32 |
| Quadro I: caracterização do crescimento de casas no entorno do Jardim Botânico do Rio de Janeiro..... | 37 |
| Quadro II: Levantamento em andamento..... | 37 |
| Quadro III: caracterização da comunidade do entorno do Jardim Botânico do Rio de Janeiro..... | 38 |
| Quadro IV: Detalhamento dos entrevistados..... | 59 |

UNIDADE I: Contextualização da pesquisa

Capítulo 1: APRESENTAÇÃO

Este trabalho está dividido em quatro unidades. Na primeira unidade, encontram-se os dois primeiros capítulos (apresentação e introdução), que têm como objetivo apresentar o percurso do texto e contextualizar a pesquisa para o leitor. Para tanto, orienta o leitor sobre a sequência de unidades e capítulos e, em seguida, introduz as questões referentes à relação entre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Comunidade do Horto e à inserção de jovens desta comunidade no Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, além do comprometimento da pesquisadora, com formação na área de turismo sustentável, com estes cenários e com a pesquisa.

A segunda unidade divide-se em dois capítulos. O capítulo 3, que a) discorre mais detalhadamente sobre os Jardins Botânicos em geral e, em específico, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro; e b) caracteriza a Comunidade do Horto. O capítulo 4 apresenta os referenciais teóricos da pesquisa, enfocando a questão social e a questão ambiental, seus dilemas e interseções, que passam pelos conceitos de sustentabilidade, da ecologia social, de comunidade e de turismo para inclusão social, temas esses que serviram de fundamentação teórica para esta dissertação.

Na terceira unidade, o capítulo 5 apresenta os recursos metodológicos utilizados, com base na pesquisa social qualitativa.

Em seguida, na quarta unidade, encontram-se os capítulos 6 e 7, que trazem, respectivamente, os resultados, analisados à luz dos referenciais teóricos que fundamentam a dissertação, e as considerações finais, que não pretendem

encerrar o assunto mas, ao contrário, visam apoiar novas estratégias de aproximação entre a instituição e a Comunidade do Horto.

Essa pesquisa se desenvolveu através do método de observação participante, através da técnica de entrevista e se localiza no âmbito da pesquisa de ecologia social e de turismo sustentável.

Buscando compreender de que forma o Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro voltado para a comunidade do entorno, através de atividades com base no turismo sustentável, aproxima a instituição das práticas de ecologia social.

Capítulo 2: INTRODUÇÃO

O intuito dessa pesquisa é favorecer a identificação de possíveis estratégias para a aproximação da instituição com a Comunidade do Horto, além de fornecer material para continuidade e incremento dessas estratégias, de forma inclusiva e participativa, para construção de uma relação integrada entre sociedade e natureza.

Buscando identificar qual é o lugar e o significado que as relações entre sociedade e natureza, o turismo sustentável e o desenvolvimento sustentável ocupam nas falas dos jovens entrevistados e de que maneira tais formulações figuram nos relatos dos jovens, ao falarem de sua relação, de sua família e de sua comunidade com o Jardim do Botânico do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa se desenvolve no âmbito da pesquisa social e se desenha a partir das relações dos jovens da Comunidade do Horto com o Jardim Botânico do

Rio de Janeiro promovidas pelo Programa de Responsabilidade Social desta instituição. Tem a preocupação com os muitos impasses e condições sociais adversas da relação entre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e sua comunidade vizinha. Uma questão que se coloca cotidianamente para a comunidade do Horto é a proximidade física e o distanciamento simbólico do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Nem sempre os saberes populares e os valores locais são parte dos processos decisórios, não incluindo as comunidades, através de processos democráticos, tanto no planejamento quanto na gestão. É essencial articular a comunidade assim como conferir a ela direitos e responsabilidades para a construção da sustentabilidade, bem como para a conservação tanto do ambiente quanto da cultura local.

Em pesquisa realizada em 2005, MACHADO (2005) identifica, entre os associados do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, principalmente moradores da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, não localiza nenhum dos moradores do Horto na categoria de associado, o que pode indicar uma baixa frequência e pouco envolvimento de moradores com o parque.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro existe desde o ano de 1808 e está localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. “É uma instituição voltada para a pesquisa e disseminação de conhecimento para a preservação de espécies vegetais, tanto nacionais quanto estrangeiras” (JBRJ, 2008, p. 34). Uma das estratégias do Jardim Botânico do Rio de Janeiro para garantir a preservação dessas espécies tem sido a orientação da sociedade para a adoção de comportamentos menos agressivos e mais conservadores com relação aos recursos naturais.

Em 1938 o Jardim Botânico do Rio de Janeiro concedeu parte de suas terras

aos seus primeiros trabalhadores, considerando a distância e o difícil acesso que a área, àquela época, oferecia aos seus funcionários. Atualmente esta área é conhecida como Comunidade do Horto, localizada na vizinhança imediata ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. A condição geográfica da região caracteriza-se pela presença de morros, o que, à época de criação do bairro, dificultava o deslocamento e, conseqüentemente, desvalorizava a área.

Entretanto, a partir da década de 1980 o Jardim Botânico passou a requisitar de volta parte das áreas concedidas, o que vem produzindo conflitos entre esta comunidade e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ, 2005).

Na década de 80, o extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal ajuizou cerca de 250 ações de reintegração de posse. O IBDF foi extinto e sucedido pelo Ibama. Posteriormente, a União, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), passou a ser responsável pelos processos (JBRJ, 2005, p. 20).

A partir da década de 90, as tendências mundiais acerca de políticas sociais levaram o Jardim Botânico do Rio de Janeiro a compreender a necessidade de ampliar sua atuação junto à sociedade, traçando metas de inclusão social. Assim o Jardim Botânico do Rio de Janeiro adere à perspectiva da criação de um Programa de Responsabilidade Social, como vem sendo exigido dos empreendimentos da iniciativa privada (BUENO et al, 2002).

O Programa de Responsabilidade Social será oportunamente descrito neste trabalho, mas cabe aqui uma breve apresentação sobre responsabilidade social, com vistas a contextualização da pesquisa.

Nas últimas décadas as empresas e órgãos públicos passaram a ter maior preocupação com as questões sociais, caracterizando a responsabilidade social. Montana e Charnov (2000) acreditam que essa preocupação demonstrada pelas empresas com suas obrigações sociais deve-se ao crescimento dos movimentos ecológicos e de defesa do consumidor, pois estes focam o relacionamento

empresa-sociedade.

O principal fator a explicar a emergência deste conceito é a economia mundial globalizada que faz com que empresas ingressem numa concorrência em escala internacional.

Particularmente no Brasil, a abertura do mercado forçou as empresas a se adequarem às exigências do mercado mundial, pois essas empresas hoje, vêm disputando o mercado com produtos do mundo inteiro, de empresas com níveis de produtividade superiores (BUENO et al, 2002). O que acabou por tornar a responsabilidade social uma questão obrigatória para as empresas, não por força de lei, mas sim por pressão do mercado globalizado competitivo.

A preocupação com o social passou a ser até uma questão de sobrevivência. É uma forma de marketing. A Responsabilidade Social pode ser definida como o dever da empresa de ajudar a sociedade a atingir seus objetivos. É uma maneira de a empresa mostrar que não existe apenas para explorar recursos econômicos e humanos, mas também para contribuir com o desenvolvimento social. É, em síntese, uma espécie de prestação de contas (LIMA, 2002, p. 107).

O que caracteriza uma empresa como socialmente responsável ou empresa cidadã é a sua preocupação com o desenvolvimento social sustentável, manifestada por meio de programas consistentes, que tenham continuidade, que apresentem resultados tangíveis, gerando e disseminando conhecimento (BUENO et al, 2002).

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a partir da criação de seu Programa de Responsabilidade Social, no ano 1989, passa a investir, não apenas em questões de conservação ambiental, mas também em promoção da inclusão social. Reunindo a nova tarefa de responsabilidade social à antiga problemática referente a conflitos com a comunidade do Horto, sua vizinha, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro se propõe reiniciar a relação com essa comunidade.

Assim o Jardim Botânico do Rio de Janeiro através do Programa de Responsabilidade Social realiza ações de inclusão social para jovens dessa comunidade. Tais ações propõem propiciar apoio à educação formal, suporte psicológico e principalmente profissionalização, com foco na formação de jardineiros e monitores de visitas guiadas.

Foi neste contexto que me inseri no Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Minha motivação para realizar esta dissertação veio da prática como funcionária da instituição. Por ter formação e experiência com atividades voltadas para o turismo, fui convidada a dar aulas no Programa de Responsabilidade Social para esses jovens no curso de formação profissional de monitores de visitas guiadas, no ano de 2009. Como professora do curso, desenvolvi, em encontros semanais, atividades práticas e teóricas com enfoque no turismo.

Ao conviver com esses jovens, as questões referentes à relação da Comunidade do Horto com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro emergiram como questionamentos, que me motivaram a analisar como esses jovens identificavam essa relação. Me interessava saber como, no relato desses jovens, os temas referentes às aproximações pessoais, familiares e comunitárias com a instituição eram tratados.

Desta forma, este trabalho tem como objetivo investigar junto aos jovens participantes da pesquisa, como relatam sua relação, a de sua família e de sua comunidade com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Para tanto, pautou-se a discussão a partir do conceito de relação sociedade-natureza, desenvolvimento sustentável, e turismo sustentável e suas perspectivas, bases de sustentação da participação e inclusão social, valorização do saber e da memória local e a inclusão produtiva, buscando saber de que forma aparecem no relato dos jovens participantes – e se aparecem.

Ao olhar para a história das relações entre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Comunidade do Horto, entendemos que a inserção desses jovens no Programa de Responsabilidade Social extrapola os limites individuais e pontuais da profissionalização, envolvendo questões mais amplas, que alcançam suas famílias e vizinhos, podendo chegar a imprimir transformações em suas próprias concepções sobre as relações com a instituição.

A perspectiva emancipatória da relação entre sociedade e natureza, do desenvolvimento local e do turismo sustentável configuram como referencial teórico para as discussões contemporâneas acerca das relações entre sociedade e natureza, especialmente aquelas decorrentes da aproximação entre comunidades e áreas protegidas, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Segundo Willison (2006), os Jardins Botânicos forneceram forte contribuição para colocar a questão ambiental em foco, apoiando a criação de programas de educação e conscientização ambiental, e compartilhando conhecimento técnico com populações locais e visitantes, ajudando-os a tomar decisões sobre questões ambientais importantes.

Em consonância com os debates nacionais e internacionais, atualmente, os Jardins Botânicos vêm ampliando seu campo de atuação. Suas ações, antes voltadas somente para conservação, passaram a incluir a educação e a sensibilização como estratégias de aproximação também com as comunidades vizinhas.

Assim também nos interrogamos sobre as aproximações teórico-conceituais que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro vem fazendo nessa direção. Estariam tais conceituações presentes nas novas proposições do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em especial aquelas voltadas para a formação de monitores para o turismo sustentável, na qual se inserem os jovens pesquisados.

UNIDADE II: Cenários da pesquisa

Capítulo 3: Dos Jardins Botânicos ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro

3.1 Jardins Botânicos

De acordo com conceituação apresentada por Pereira e Costa (2010), “os Jardins Botânicos são espaços protegidos onde se realizam pesquisas botânicas e científicas representando importantes centros de conservação da biodiversidade” (p.23). Além disso também têm importante papel no sentido de educar e conscientizar a sociedade para a conservação da biodiversidade.

De acordo com as *Normas Internacionais de Conservação para Jardins*

Botânicos (JBRJ, 2001, p.26): “Os Jardins Botânicos são instituições que visam a pesquisa, a conservação vegetal e a educação.”

Essa vertente educativa passou a ter maior relevância para essas instituições devido a perda de biodiversidade que vem se agravando nas últimas décadas.

Os Jardins Botânicos passaram a intensificar ações para promover, junto aos visitantes, a percepção dos impactos da ação humana sobre o meio ambiente e a consciência sobre os efeitos negativos da perda da biodiversidade, motivando-os a participar de um ciclo de desenvolvimento sustentável (PEREIRA e COSTA, 2010, p.23).

A história destas instituições acompanha a história do desenvolvimento das sociedades e de sua forma de se relacionar com o meio natural, ao longo de três séculos.

Bediaga (2007) comenta que “a origem dos Jardins Botânicos remonta ao século XVI, quando foram criados na Europa, com o objetivo de cultivar e estudar plantas de uso medicinal, o que deu início às primeiras coleções de plantas desidratadas para fins científicos” (p. 1131).

No Brasil, a primeira iniciativa para formar um Jardim Botânico foi no século XVII “pelo príncipe Maurício de Nassau; esse jardim existiu junto ao Palácio de Friburgo, em Recife - Pernambuco, entre 1637 e 1644” (KUHLMANN, 1941).

O segundo Jardim Botânico brasileiro levou mais um século para ser criado, em Belém-PA, já estando conectado a uma Rede de Jardins Botânicos que visava gerar um intercâmbio de espécies entre essas instituições.

No século seguinte, o Jardim Botânico do Grão Pará, implantado em Belém em 1798, com o objetivo de aclimatar espécies exóticas e domesticar plantas nativas, teve papel importante no intercâmbio de vegetais entre os Jardins Botânicos que caracterizou a Rede de Jardins Botânicos luso-brasileira de 1796 a 1817 (SNJAD, 2003, p.22).

A partir desse momento, com apoio da Rede de Jardins Botânicos, outros estados foram incentivados a criar espaços voltados para preservação da biodiversidade. “A experiência bem sucedida desse Jardim Botânico serviu de incentivo para a criação de outros, como o do Rio de Janeiro, o de Olinda, o de Ouro Preto e o de São Paulo” (SEGAWA, 1996, p.20).

No mundo todo existem aproximadamente 1.500 Arboretos e Jardins Botânicos visitados por mais de 150 milhões de pessoas/ano. O Brasil conta com 30 Jardins Botânicos, cuja maioria absoluta ainda não está totalmente estruturado (HONING, 2005).

As contribuições dos Jardins Botânicos brasileiros para a atividade de conservação são diferentes em cada caso, embora sempre com ênfase na conservação da flora e na disseminação de conhecimento.

Os Jardins Botânicos são instituições relevantes para o processo de conservação *ex situ*, devido a sua capacidade de manter exemplares de espécies da flora nacional em condições de cultivo fora de seu ambiente natural, disponibilizando-os para pesquisa científica e para o público. Portanto têm um papel decisivo na conservação da biodiversidade e na educação ambiental (WILLISON, 2006).

De acordo com o “*Plano de Ação para Jardins Botânicos Brasileiros*” (PEREIRA et al, 2004), a partir de meados do século XX, em consonância com os debates nacionais e internacionais da época, os Jardins Botânicos do Brasil ampliaram seu campo de atuação, empenhados em sensibilizar a população sobre a necessidade de melhorar a qualidade de vida no meio urbano.

Em resolução própria, o “*Conselho Nacional de Meio Ambiente* ” (2003) define os Jardins Botânicos como:

(...) área protegida¹, constituída no seu todo ou em parte, por coleções de plantas vivas cientificamente reconhecidas, organizadas, documentadas e identificadas, com a finalidade de estudo, pesquisa e documentação do patrimônio florístico do país, acessível ao público, no todo ou em parte, servindo à educação, à cultura, ao lazer e à conservação do meio ambiente (CONAMA, 2003, p.34).

Assim, os Jardins Botânicos não trabalham isolados, mas participam de um movimento que cresce no mundo inteiro para tornar a informação acerca da preservação ambiental acessível a todos.

Segundo Leandlay e Greene (1999), a ação dos Jardins Botânicos deve voltar-se para elevar a compreensão do público sobre o papel vital dessas instituições como um recurso para conservação de plantas raras e em extinção, bem como a importância das plantas para vários propósitos.

No que se refere à relação com o público, o Plano de Ação para Jardins Botânicos prevê como objetivos:

Educar o Público em geral e os profissionais do setor para a conservação da biodiversidade, conscientizar o público em geral sobre o valor das plantas nativas para o patrimônio brasileiro como instrumento para o desenvolvimento sustentável, desenvolver ação de educação ambiental considerando os diferentes níveis de informação sobre o tema, bem como sobre as relações de uso e conservação da diversidade florística, garantir que a importância vital dos Jardins Botânicos para a conservação seja reconhecida pelo público em geral, incluindo o governo, as instituições privadas e as comunidades locais, sensibilizar o público para a necessidade de conservação dos ambientes naturais e dos componentes da diversidade biológica, bem como para o papel dos jardins botânicos, formar parcerias com a comunidade escolar para desenvolvimento de atividades de educação ambiental, divulgar e popularizar os conhecimentos técnico-científicos produzidos pelos Jardins Botânicos, desenvolver atividades de educação ambiental direcionadas para o corpo funcional, realizar diagnóstico do perfil do visitante, e promover atividades educativas para os diferentes segmentos da sociedade (PEREIRA, *et al*, 2004, p.28).

De acordo com Boo (1995), cada vez mais os Jardins Botânicos e as Unidades de Conservação percebem a necessidade de aliar as atividades

1 Grifo nosso.

ecoturísticas à conservação do meio ambiente e aos interesses de manutenção da relação com as comunidades envolvidas para a sustentabilidade dos recursos naturais, sendo seu planejamento parte da estratégia de gestão destas áreas.

Entretanto, identifica-se no texto acima que o plano de ação para os Jardins Botânicos propõe ações com aspecto unidirecional (caracterizado pelas expressões “educar o público”, “conscientizar o público”, “sensibilizar o público”, “divulgar os conhecimentos” e “popularizar os conhecimentos”), sem abrir possibilidades para a construção coletiva, a participação social ou a valorização de outros saberes e culturas, o que pode indicar que as mudanças de postura estão em processo.

a O Jardim Botânico do Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, o Jardim Botânico se caracteriza como um Instituto de Pesquisas e representa um importante espaço urbano conservado, não somente sob o ponto de vista paisagístico, como também arquitetônico, histórico e artístico.

Responsável pelo nome do bairro onde é situado, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, a instituição Jardim Botânico do Rio de Janeiro, fundada em 1808, possui um território de 143,98 hectares, sendo 54 hectares de área aberta à visitação (CONTI et al., 2008).

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Autarquia Federal vinculada ao

Ministério do Meio Ambiente, é hoje uma referência nacional em pesquisa para a conservação da biodiversidade e preservação do meio ambiente, além da dimensão científica e ambiental, passou, nos últimos anos, a desenvolver também atividades na área educacional, social e cultural (JBRJ, 2008).

Possui uma coleção científica em torno de 8.000 exemplares da flora nacional e espécies representantes de várias regiões do mundo, sendo ainda complementado pelo Herbário, Carpoteca, Laminário, Xiloteca, e Biblioteca Barbosa Rodrigues, unidades que guardam as coleções científicas e históricas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Figura I: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro



Fonte: JBRJ, 2011

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro compõe uma área de proteção para o

Parque Nacional da Tijuca, com o qual se integra como uma faixa de cobertura vegetal de entorno entre a malha urbana de alta densidade demográfica e os contrafortes do maciço da Tijuca (COSTA, 2004), representando uma das mais importantes áreas preservadas e turísticas da cidade do Rio de Janeiro.

A trajetória da instituição está intimamente associada à história da cidade do Rio de Janeiro, pois com a vinda da Família Real de Portugal se deu a criação do Jardim de Aclimação, hoje conhecido como Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o surgimento de uma cidade onde era uma grande fazenda, incluindo a criação de áreas de lazer, como os parques públicos. “Sua localização geográfica acompanhou lentamente a expansão da cidade e o modo de passear das pessoas em seus parques” (PEIXOTO e GUEDES-BRUNI, 2010, p.32).

A história do Jardim Botânico do Rio de Janeiro é marcada por muitos acontecimentos que afirmaram a importância dessa instituição bicentenária, conforme destacado abaixo:

Representaram marcos importantes para a instituição: o seu reconhecimento, em 1992, como Reserva da Biosfera da Unesco; em 2001, ocorre a sua consolidação como uma autarquia federal (o que significa poder próprio, ou seja, autonomia administrativa e financeira); em 2002, formaliza a atividade de ensino, através da criação da Escola Nacional de Botânica Tropical, com cursos de extensão e, logo a seguir, com cursos de especialização, mestrado e doutorado num programa de pós-graduação *stricto sensu* voltado para o conhecimento e a conservação da flora brasileira (PEIXOTO e GUEDES-BRUNI, 2010, p. 35).

Apesar do Brasil contar com outros Jardins Botânicos, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro goza de uma posição singular na história do Brasil, pois “ é o mais antigo Jardim Botânico brasileiro em funcionamento, e o único sob administração do Governo Federal desde a sua criação” (BEDIAGA, 2007, p.1132), além de estar inserido em uma das mais importante cidade do país, representando para seus moradores e visitantes um refúgio de lazer onde se podem encontrar espécies vegetais representativas do mundo todo.

b O Jardim Botânico do Rio de Janeiro e sua relação com o público: atividades de visitação e turismo

Apesar de o Jardim Botânico do Rio de Janeiro ter sido criado no ano de 1808, somente em 1819 foi aberto à visitação pública. “Ao lado da pesquisa, a visitação pública está presente em quase toda a história do Jardim Botânico do Rio de Janeiro” (BEDIAGA, 2007, 1132).

A construção histórica, que hoje abriga o Centro de Visitantes, é a mais antiga da Zona Sul, tendo servido antes disso como residência de alguns diretores do Jardim Botânico (BEDIAGA, 2007).

O Centro de visitantes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro vem alterando seu perfil a partir da mudança de seu público. Atualmente, além dos visitantes vindos de outros pontos da cidade e dos alunos de diferentes escolas, vem assistindo ao aumento crescente de visitas feitas por turistas de outras cidades, estados e países.

Figura II: Centro de Visitantes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro



Fonte: JBRJ, 2011

Esta transformação dos visitantes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro corresponde às mudanças também ocorridas no campo do turismo, que cada vez mais se desloca para espaços de ambiente natural, aumentando assim a busca pelo turismo sustentável e o resgate do meio natural.

Por receber tantos visitantes, o turismo é um tema importante para a instituição. Embora a modalidade de turismo realizada no Jardim Botânico do Rio de Janeiro possa ser chamada de ecoturismo, em um Jardim Botânico o ecoturismo é uma forma diferenciada daquela referente a aventuras e desafios físicos praticados na natureza, pois oferece prioritariamente a oportunidade de conhecer a vegetação local através de sensibilização especialmente preparada para o público, sendo a atividade de educação pública o elo entre o Jardim Botânico e o visitante.

A proposta do ecoturismo no Jardim Botânico do Rio de Janeiro está vinculada especificamente à atividade de visitação monitorada, somada ao investimento na garantia de acesso à informa o sobre o ambiente natural e sua

preservação.

b O Jardim Botânico do Rio de Janeiro e sua relação com a Comunidade do Horto através do Programa de Responsabilidade Social

Recentemente, convergindo com tendências internacionais que recolocam a discussão da relação entre sociedade e natureza (LOUREIRO, 2006; MACIEL, 2002), o Jardim Botânico do Rio de Janeiro vem produzindo contextos que consideram, entre suas frentes sua comunidade vizinha, a Comunidade do Horto, tomando para si, pela primeira vez, a responsabilidade com questões sociais emergentes nesta região.

Embora a questão da inclusão das comunidades de entorno nos planos de gestão dos Jardins Botânicos seja recente, esse tema vem sendo discutido há bastante tempo pelos gestores de outras áreas protegidas, como as Unidades de Conservação (Parques Nacionais – PN, Áreas de Proteção Ambiental – APA, entre outras categorias). Embora, assim como as Unidades de Conservação, os Jardins Botânicos sejam áreas protegidas, eles não são regidos pelas mesmas leis, pois não representam espaços voltados somente para a conservação e visitação, mas também desenvolvem importante papel na pesquisa botânica.

As Unidades de Conservação, assim como os Jardins Botânicos, são áreas que se propõem conservar o ambiente natural e, no Brasil, vêm sofrendo com o conflito entre sociedade-natureza, desde a criação da primeira Unidade de Conservação em 1978, o Parque Nacional de Itatiaia – RJ. Apesar das Unidades de Conservação serem regidas por regulamentos e normas bem diferentes daquelas dos Jardins Botânicos, ambos compartilham os mesmos conflitos em

relação às comunidades de seu entorno e vêm buscando soluções que considerem e beneficiem tanto a comunidade como a preservação dessas áreas. No Brasil, essa questão dos conflitos entre as Unidades de Conservação e as comunidades de seu entorno vem sendo amplamente discutida, com base na perspectiva de indissociabilidade entre sociedade e natureza.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, responsável pela gestão dessas áreas passaram a incluir essas comunidades em seus planos gestores, para que estes sejam agentes de proteção, gerando assim novas oportunidades profissionais à extração irregular de recursos naturais (SNUC, 2000). Entretanto, os Jardins Botânicos, por serem regidos por leis diferentes das Unidades de Conservação não possuem planos gestores voltados para inclusão da comunidade, sendo assim encontraram na responsabilidade social uma alternativa para a aproximação com sua comunidade vizinha.

Até o início dos anos 1990, os Jardins Botânicos, assim como outras instituições de pesquisa no Brasil, não podiam receber apoio da iniciativa privada, contando somente com recurso governamental. Após esse período, essa prática foi permitida e atualmente o Jardim Botânico do Rio de Janeiro conta com mais de quarenta patrocinadores e parceiros de iniciativa privada como bancos, joalheiros, lojas de comércio, entre outras empresas que têm, como estratégias de marketing, o apoio à conservação do Jardim Botânico (JBRJ, 2008).

A abertura para a iniciativa privada gerou um caminho de aproximação com a comunidade através da responsabilidade social, pois parte desses recursos advindos das iniciativas privadas passaram a ser revertidos para iniciativas e projetos voltados para a comunidade.

De acordo com as novas regras, esses recursos advindos de patrocínios e

parcerias devem, obrigatoriamente, ter uma parte revertida para atividades de responsabilidade social, como contrapartida social (IBAMA, 2012).

Toldo (2002, p.82) define a responsabilidade social como "o comprometimento permanente dos empresários de adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida da comunidade local e da sociedade como um todo".

Assim, a nova possibilidade de ter parceiros e patrocinadores para seus projetos e investimentos convergiu com a necessidade de voltar a atenção para as comunidades de seu entorno. Desta forma, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro criou em 1989, a área, chamada de Laboratório Social, que desenvolve os projetos de Responsabilidade Social, voltados especificamente para suprir essas ações antes inexistentes, com foco nas comunidades do entorno.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro passa então a identificar em seu Programa de Responsabilidade Social um recurso potencialmente interessante para seus recentes investimentos de modernização, uma vez que pode favorecer: a aproximação da instituição com a Comunidade do Horto e a promoção de novas perspectivas para seus jovens a partir do ensino; a inclusão social produtiva através da capacitação profissional nas comunidades de seu entorno; a valorização de seu patrimônio pelas mais diversas comunidades; e a colaboração dos membros de sua comunidade vizinha na recepção e orientação de seus visitantes para práticas de turismo sustentável.

Nessa perspectiva, e coadunando com tais apontamentos da contemporaneidade com relação às aproximações com a sociedade, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro vem se organizando tanto para qualificar a forma de receber visitantes – norteadas pela possibilidade de visitação sustentável – quanto

para promover ações de inclusão social voltadas para sua comunidade vizinha, a Comunidade do Horto.

Os debates contemporâneos apresentam para essa instituição, por um lado, a possibilidade de uma prática ambiental implicada com as comunidades e, por outro lado, a perspectiva da responsabilidade social de serviços privados.

A partir daí, a atividade de receber visitantes passa a constituir, na relação com sua comunidade vizinha, um novo foco. Inicia-se a proposta de orientar os jovens para uma relação sustentável com o meio, mas a perspectiva da inclusão social faz com que esta proposta seja ampliada, oferecendo também a formação profissional e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho a partir da certificação técnica de “monitores”, formados para condução de visitas orientadas. Os jovens integrantes do Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro são acolhidos pela instituição com objetivo de suprir a demanda de jardineiros e monitores para realização de visitas guiadas e exposições.

Figura III : Turma de monitores do Programa de Responsabilidade Social 2009



Fonte: JBRJ, 2011

Identifica-se que os novos debates acerca da relação entre sociedade e natureza produzem efeitos no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que parece ampliar sua visão de sociedade, trazendo para seu cenário não apenas a sociedade em geral, enquanto público, mas também sua comunidade vizinha, enquanto grupo impactado por desigualdades socioambientais.

Embora o foco ainda seja prioritariamente ensinar, conscientizar e educar, o Programa de Responsabilidade Social apresenta um princípio de investimento na promoção da cidadania através de oficinas temáticas, atividades grupais, acompanhamento psicológico, visitas culturais e técnicas, workshop, educação para o meio ambiente, reflexão de conceitos e valores sociais, participação responsável e pró-ativa na construção pessoal e comunitária e desenvolvimento de competências e habilidades profissionais (JBRJ, 2011, p.01).

Com duração de 12 meses, o Programa de Responsabilidade Social oferece duas especialidades: em Jardinagem e Monitoria para Espaços de Difusão Científica e Cultural. A primeira turma do curso de profissionalização de monitores teve início em 2009, composta de 08 jovens, de ambos os sexos, na faixa etária de 17 a 21 anos, e oriundos da Comunidade do Horto.

Através desse programa, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro entende que

as estratégias de responsabilidade social representam uma importante ferramenta para integração entre órgãos públicos e sociedade, dando oportunidades de formação e ingresso no mercado de trabalho aos jovens, na medida em que reduz as exclusões sociais e estimula a disseminação de uma compreensão mais integrada da relação sociedade e natureza.

Figura IV: Alunos do Programa de Responsabilidade Social em aula prática



Fonte: JBRJ, 2011

3.2 A Comunidade do Horto

A região conhecida historicamente como Horto Florestal existe há séculos, remontando a uma memória ancestral. A primeira ocupação do lugar da-se pelos escravos do Engenho Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, ainda no século XVI. Mais tarde, no período das lutas abolicionistas do final do Império, o Horto fazia parte da rota de fuga quilombola, quando os negros libertos e fugitivos buscavam as matas para resistir ao sistema e fundar comunidades (BIZZO, 2005).

Figura V e VI: Casas da Comunidade do Horto





Fonte: AMAJB, 2012

Em 1808, D. João VI desapropriou o Engenho de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, de propriedade de Rodrigo de Freitas, para a construção de uma Fábrica de Pólvora. Alguns meses depois, fundou o Real Horto, que hoje é o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Para tais empreendimentos, houve uma segunda onda populacional, pois os trabalhadores da fábrica e do parque foram convidados a residir nas proximidades do trabalho (JBRJ, 2008).

Em 1811 foram erguidas vilas para moradia dos trabalhadores da fábrica de pólvora e do Jardim Botânico. Assim, gerações de famílias de funcionários e descendentes de funcionários da antiga fábrica e do Jardim Botânico construíram uma comunidade nos arredores do parque, com autorização informal das diversas

administrações do Jardim Botânico e/ou do Ministério da Agricultura, instância de poder a que o Horto Florestal estava subordinado na época (AMAHOR, 2011).

Logo após a Proclamação da República, surgiram na região as fábricas de tecido. “Delas decorreram as vilas operárias, um casario bastante emblemático do início da história operária no país e localmente conhecido como Chácara do Algodão. Esta foi a terceira onda de ocupação pelos habitantes do Horto” (AMAHOR, 2011, p.3).

Em 2005 a área era ocupada por 589 famílias de baixa renda, conforme demonstrado nos Quadros I e II da página 43. Como lembra Machado (2005), “A questão relacionada às ocupações irregulares do Jardim Botânico do Rio de Janeiro é um problema que vem se agravando à medida em que as cidades crescem e exercem pressão sobre essas unidades preservadas” (MACHADO, 2005, p. 25).

Considerando que a área era muito isolada e de difícil acesso, era crucial que os funcionários residissem próximo a seu trabalho. Isso fez com que o Jardim Botânico do Rio de Janeiro cedesse terrenos para que alguns funcionários construíssem suas casas em área da instituição e assim morassem mais perto e pudessem também exercer atividade de vigilância e prevenção de incêndios, que eram muito comuns na época. “A ocupação do Horto começou no século passado, quando a direção do Jardim Botânico permitiu que funcionários construíssem moradias nas suas terras para ficar mais perto do trabalho” (O GLOBO, 2010).

Em sua pesquisa, Bizzo (2005) apresenta alguns depoimentos de moradores antigos da região que ajudam a compreender o processo de ocupação da área: “O processo de ocupação, aqui no Horto, foi do próprio diretor do Jardim Botânico que botou o pessoal para morar aqui. Aqui só morava funcionário (...)” (depoimento de Elza Maria de Souza, 73 anos in Bizzo, 2005, p.41).

Ainda em depoimento recolhido por Bizzo (2005, p.41) de outro antigo morador da comunidade do Horto, Sr. Alípio Ferreira de 78 anos conta:

“Tenho 78 anos e moro aqui desde que nasci. Antigamente tinha o Jardim Botânico e o Horto Florestal. O diretor do Horto cedeu o terreno para a gente morar. Os diretores não tinham quase empregados, quando tinha incêndio na mata os funcionários tinham que correr, às vezes, de madrugada, com foice e facão para apagar o fogo no meio da mata. Não tinha bombeiro naquela época. A maioria dos moradores construiu suas casas. Era cedido o terreno, o morador gastava seu dinheiro. Comprava telha e essas coisas” (BIZZO, 2005, p.41).

Com o passar dos anos, formou-se no entorno do que hoje é a área de visitação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, uma pequena comunidade, atualmente composta por quase seissentas residências, em sua grande maioria ocupadas por funcionários e ex-funcionários da instituição e seus descendentes (IPHAN, 2005).

Ao longo dos últimos oitenta e cinco anos, período médio que essa comunidade ocupa o local, a política institucional mudou bastante. O Jardim Botânico por um longo período teve como uma de suas metas a retomada desta área ocupada para poder expandir seu arboreto. Essa situação por muito tempo gerou uma série de conflitos entre a instituição e a Comunidade do Horto.

Porém, atualmente, apesar das ações de reintegrações de posses favoráveis ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, suas execuções foram suspensas pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU) até que o último levantamento sócioeconômico da Comunidade do Horto, que está em andamento, seja encerrado.

De acordo com ex-diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Dr. Lindolpho de Carvalho Dias, em matéria publicada no Jornal O Globo, disponível no site da AMAJB (AMAJB, 2012), não foram executadas outras reintegrações de posse:

Centenas de ações de reintegração de posse foram favoráveis ao Jardim Botânico, e só não foram executadas porque a Advocacia Geral da União (AGU), por solicitação da Superintendência do Patrimônio da União (SPU), requereu a suspensão da execução das sentenças (AMAJB, 2012).

Esse conflito fundiário vem sendo discutido por várias instâncias. Em 2010 foi instituído um grupo de trabalho composto por: Secretaria do Patrimônio da União – SPU, por se tratar de terras da União; o Parque Nacional da Tijuca, área para onde as residências se estenderam; Instituto Estadual do Ambiente – INEA, por incluir rios e águas; e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

As principais hipóteses discutidas por esse grupo consideram a realocação dessa comunidade para outro bairro ou ainda a indenização desses moradores para que possam se estabelecer em outro bairro de sua escolha. Foi também considerada uma outra possibilidade que instituiria o direito de permanência desses moradores no local, que seria a transformação da região em Área Especial de Interesse Social – AEIS, que de acordo com Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA (2012, p.21) é:

um instrumento de política urbana que permite que o Poder Público dê tratamento diferenciado a uma determinada área, em geral, ocupada por favela, loteamento irregular ou conjunto habitacional de baixa renda. Este instrumento foi criado no Município do Rio de Janeiro pela Lei Orgânica de 1990 e pelo Plano Diretor, que o regulamentou em 1992. É atribuição municipal definir parâmetros de ocupação em seu território, em harmonia com a Constituição Federal de 1988 e com o Estatuto das Cidades, aprovado em 2001. A AEIS é aprovada por lei municipal e autoriza a Prefeitura a dar gabaritos e dimensões de lotes diferentes dos permitidos pela legislação que disciplina as ocupações regulares, possibilitando a legalização dessas edificações e incorporando-as à “cidade formal”. Comunidades como Rocinha, Alemão, Pavão-Pavãozinho foram declaradas AEIS para que pudessem ser urbanizadas (PDDUA, 2012, p.21).

Esta comunidade possui uma Associação de Moradores, intitulada Associação de Moradores do Horto – AMAHOR, que luta pela permanência desses moradores no local. O principal argumento para sua permanência é a identificação enquanto comunidade, respaldada pela relação de pertencimento

com o local e pela memória coletiva, pois todos contribuíram para a construção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A Associação de Moradores do Horto e grupos sociais que a apoiam, têm se mobilizado para a luta contra o estigma de "invasores", em defesa do histórico de formação desta comunidade e do cumprimento dos direitos à moradia e à memória, com base nas previsões constitucionais (AMAHOR, 2012).

Por outro lado, existe uma forte especulação imobiliária, por se tratar de um local muito valorizado, dentro da Zona Sul do Rio de Janeiro, que tende a expulsar a comunidade da área. Nessa mesma direção, a Associação de Moradores do Jardim Botânico – AMAJB composta essencialmente por moradores da parte mais nobre do bairro, atua ativamente em prol da retirada dos moradores da Comunidade do Horto, através de diversas ações de mobilização, campanhas, e abaixo assinados através de seu site. Como pode-se comprovar através do trecho abaixo, a entidade se considera parte legítima nesse processo.

A AMAJB é parte legítima em qualquer negociação da questão fundiária porque o Horto faz parte do bairro Jardim Botânico. Não estamos invadindo seara alheia. Estamos tratando do NOSSO BAIRRO (AMAJB, 2012, p.4).

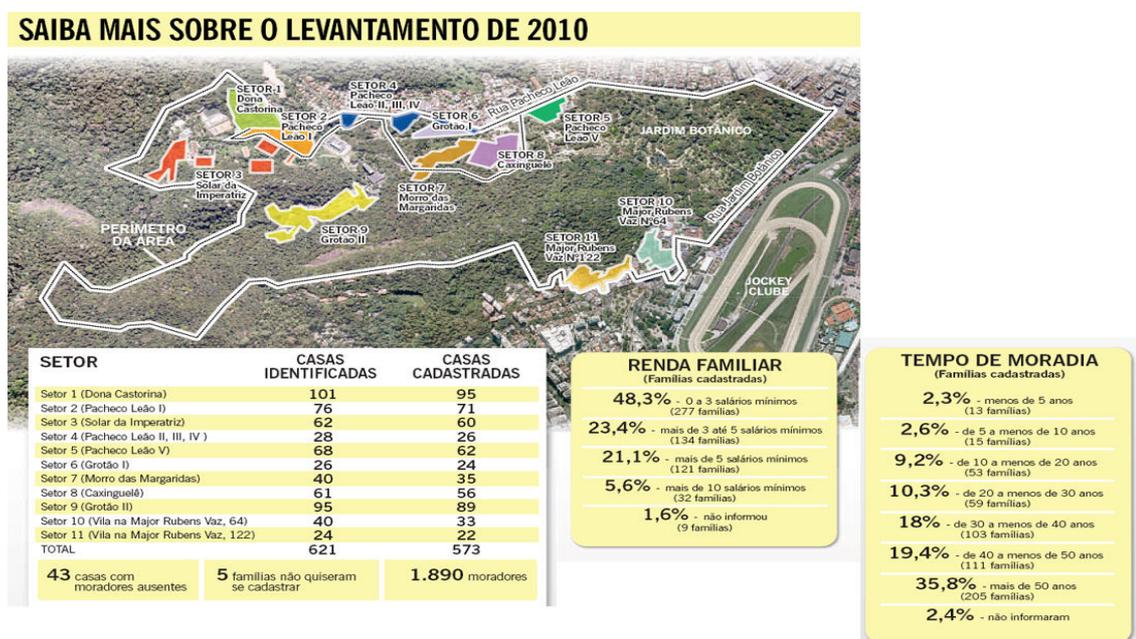
Como pode ser verificado nos quadros I, II e III o número de casas na região do entorno da instituição aumentou lentamente, nos últimos anos.

Quadro I: caracterização do crescimento de casas no entorno do Jardim Botânico

Fonte: IPHAN,

2005

Quadro II – Levantamento em andamento



Quadro III: caracterização da comunidade do entorno do Jardim Botânico



| Caracterização da comunidade do entorno do Jardim Botânico | |
|--|--|
| | |
| | |
| | |
| | |

Fonte: IPHAN, 2005

Entre os moradores da região, é possível identificar que uma grande maioria (80%) está diretamente ligada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sendo composta de familiares e descendentes de funcionários e ex-funcionários.

Pode-se verificar na figura II que 42% dos moradores da região têm renda de até 3 salários mínimos e 35% recebem até 6 salários mínimos. Os moradores da região que trabalham ou trabalharam na instituição exerceram funções de apoio a atividade de pesquisa, ou seja em posições secundárias, como jardineiros, coletores de sementes, motoristas entre outras funções com remunerações menores conforme aparece nos dados da última pesquisa de caracterização da comunidade. Ou seja: embora muitos tenham relação com a instituição, os lugares ocupados são de trabalhadores (ou parentes de trabalhadores) que desempenham e/ou desempenhavam funções secundárias, no Jardim Botânico.

Ao mesmo tempo em que a relação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro com a comunidade é bastante conflituosa – em função das questões fundiárias, pois a instituição tentou reaver seus territórios ocupados por essa comunidade, já tendo traçado iniciativas que acirraram esse conflito – atualmente a instituição traça uma estratégia de aproximação com a comunidade através dos jovens, pela via da profissionalização. A profissionalização de jovens é uma iniciativa na qual a instituição tem investido com seriedade, alcançando bons resultados.

UNIDADE III: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E RECORTES CONCEITUAIS DA PESQUISA

Capítulo 4: relação sociedade-natureza

Tomam-se aqui como norteadores os referenciais teóricos que apresentam as múltiplas visões acerca da relação entre sociedade e natureza, bem como as recentes propostas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro para a visitação, que se voltam necessariamente para a relação entre a atividade de visitação e as comunidades locais. Assim, também interessa à presente pesquisa apresentar e discutir as relações entre “sociedade e natureza” e “turismo e inclusão social”.

4.1 Questão social e questão ambiental: dilemas e intersecções

Durante todo o século XX, os movimentos de crescimento desordenado das cidades, por um lado, e de proteção ambiental, por outro, fizeram muitas vezes caminhos antagônicos, separando sociedade e natureza e naturalizando tal polaridade. Entretanto, a partir das últimas décadas o mundo vem produzindo e assistindo a uma série de investimentos na convergência destes dois polos, principalmente voltados para a lógica da sustentabilidade e do desenvolvimento local (COSTA, 2008; LOUREIRO, 2006).

O modo de funcionamento da sociedade contemporânea é, ainda, fundamentado na disjunção entre sociedade e natureza. Esta cisão é reforçada pelo modo de vida adotado pela sociedade contemporânea, que dicotomiza essa relação, na medida em que transforma o meio natural em recurso (LOUREIRO, 2004).

Embora esta polaridade seja, ainda na atualidade, a principal forma de relação entre sociedade e natureza, as perspectivas de aproximação entre questões sociais e questões ambientais passam a ser tomadas, por alguns pesquisadores, como objeto de estudo.

Assim, já desde a década de 1990, alguns autores identificavam perspectivas de aproximação, uma vez que o “diálogo entre as ciências humanas e as ciências da natureza parece inevitável na reflexão acadêmica e no conhecimento gerado, quando aplicado às políticas públicas” (DIEGUES, 1996, p.32).

Loureiro (2009) identifica perspectivas de aproximação principalmente a partir de duas visões distintas. A primeira delas, a visão conservadora, pauta-se na convicção de que houve um afastamento entre o ser humano e a natureza, e de que é necessário resgatar essa condição natural. Nessa visão, o ato de preparar pessoas para a relação com o ambiente natural está restrito à busca por mudança cultural e individual, uma vez que entende que a mudança de comportamento seria suficiente para produzir:

... desdobramentos sobre a sociedade como forma de aprimorar as relações sociais, tendo como parâmetro as relações vistas como naturais (...), sem entrar no mérito da possibilidade histórica de construir outro sistema social, adotando geralmente uma abordagem funcionalista de sociedade e organicista de ser humano (LOUREIRO, 2009, p. 112).

A visão conservadora sustenta a manutenção das relações sociais como

estão, uma vez que não as coloca em questão, e nem tampouco as toma como objeto.

Segundo Loureiro (2009), a visão conservadora “visa preservar e manter o que resta dos espaços de natureza original situados fora da influência do mercado. Daí, como principal proposta política, defende a criação de áreas protegidas” (LOUREIRO, 2009, p.82).

A segunda visão apresentada por Loureiro (2004; 2009) é a visão emancipatória ou socioambiental, que toma como alicerce a “certeza de que somos seres naturais e de que redefinimos culturalmente o modo de existir na natureza pela própria dinâmica societária na história da natureza” (p. 111). Nessa visão, o investimento na revisão da relação entre sociedade e ambiente natural está fundamentado na “busca por transformação social, o que engloba indivíduos, grupos e classes sociais, culturas e estruturas, como base para a construção democrática de 'sociedades sustentáveis' e novos modos de se viver a natureza” (LOUREIRO, 2004, p. 112).

Na visão emancipatória o caráter é essencialmente socioambiental, uma vez que entende a relação sociedade-natureza de forma intrinsecamente ligada e identifica a produção histórica de tal relação.

O pensamento emancipatório/socioambiental, de acordo com Loureiro (2004, p. 52):

Os problemas específicos de cada grupo social ou comunidade, que possuem peculiaridades ligadas a situação particular de seus ambientes, estão ligados ao modo como interagem nesse e a percepção qualitativa dos problemas. A partir da ação territorializada dos diferentes atores sociais, com seus distintos interesses, compreensões e necessidades, é que se instauram os processos de apropriação e uso do patrimônio natural e se realizam atos educativos voltados para gestão democrática do ambiente (LOUREIRO, 2004, p. 52).

A visão emancipatória/socioambiental fundamenta sua lógica na promoção

e ampliação dos espaços de participação comunitária, no combate às situações de pobreza, e no debate sobre a relação entre o ser humano e o ambiente natural. Entende, portanto, a possibilidade e a necessidade de se discutir e tomar como foco não somente a transmissão de conhecimento – como na visão conservadora – mas a transformação social e o enfrentamento das desigualdades. Esta perspectiva toma como fundamento do pensamento a centralidade da participação social nos processos decisórios, referentes à sustentabilidade na relação com o ambiente natural.

Assim a sociedade não teria apenas acesso à informação acerca da natureza, mas teria participação nos processos de planejamento e tomadas de decisão.

A participação da sociedade, o conhecimento acerca das diretrizes adotadas para se conservar, proteger e atuar sobre nossos recursos naturais, dos quais dependemos, são itens essenciais para que os esforços em prol da manutenção dos ecossistemas possam de fato surtir efeito (MACHADO, 2005, p. 27).

Isso significa que a chave do entendimento da problemática ambiental está relacionada à vida em sociedade, uma vez que são as práticas do meio social que determinam quais problemas ambientais afligem a humanidade.

Os processos de conservação da natureza, se baseados em perspectivas do pensamento emancipatório/socioambiental, tenderão a superar a cisão histórica sociedade/natureza no sentido de uma nova lógica, resultante de uma reflexão inovadora sobre sustentabilidade (LOUREIRO, 2004).

4.2 Desenvolvimento e Ecologia Social

Os debates sobre desenvolvimento vêm acontecendo há algumas décadas, mas recentemente se intensificou com as drásticas mudanças políticas que o mundo tem sofrido, o forte acirramento das tensões sociais e a incessante degradação do meio ambiente.

Nesse contexto delicado, surge a proposta de um desenvolvimento sustentável como alternativa desejável – e possível – para promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação de recursos naturais (SACHS, 2008).

De acordo com Sachs (2008), os cinco pilares do desenvolvimento sustentável são: o social, o territorial, o político, o econômico e o ambiental.

O social, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais, por causa da perspectiva de disrupção social que paira de forma ameaçadora sobre muitos lugares problemáticos do nosso planeta; o ambiental, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipiente” para a disposição de resíduos); o territorial, relacionado a distribuição espacial de recursos, das populações e das atividades; o econômico, sendo a viabilidade econômica a *conditio sine qua non* para que as coisas aconteçam; e o político, a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem; a liberdade faz toda diferença (SACHS, 2008, p. 14).

Quaisquer que sejam as questões consideradas para o desenvolvimento – educação, lazer, saúde – essas devem ser baseadas no critério de um ambiente inteiro, homem/natureza, no qual cada aspecto não pode ser avaliado isoladamente, nem responder a um só tipo de solução, requerendo uma abordagem multi, trans e interdisciplinar (MACIEL, 1992).

Dois pressupostos básicos que dirigem nossa concepção de meio ambiente e desenvolvimento são:

O meio ambiente não pode ser encarado como um dado isolado mas como um dado cultural de uma comunidade, isso é, como um processo de interação entre sócio-cultural, gerado pelo homem e a natureza; não

são possíveis ações ditas de desenvolvimento, sejam de preservação ou modificação sobre o meio ambiente, dissociadas do homem que a habita e, por conseguinte, sua dinâmica cultural (MACIEL, 1992, p.72).

O desenvolvimento deve considerar não somente as aspirações materiais e espirituais, mas também as crenças, costumes e culturas de uma comunidade em relação aos recursos disponíveis na natureza, considerando as necessidades do presente e as do futuro.

É preciso investir na busca de um modelo de desenvolvimento que seja simultaneamente desejável, em termos sociais; prudente, em termos ecológicos e viáveis, em termos econômicos. Algo que resgate as culturas locais, investindo em qualidade de vida sustentada por laços sociais e fundamentada em valores éticos (MACIEL, 2006).

O conceito de desenvolvimento sustentável acrescenta uma outra dimensão – a sustentabilidade ambiental – à dimensão da sustentabilidade social. Ela nos impele ainda a buscar soluções triplamente vencedoras, eliminando o crescimento selvagem obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, tanto sociais como ambientais (SACHS, 2008).

De acordo com Moscovici (1997), é preciso “(...) achar uma nova posição para o homem na sociedade e para a sociedade na natureza. Simplesmente, não nos tínhamos dado conta de que a sociedade tinha sido lançada contra a natureza e que era preciso inverter esse movimento” (1997, p.249).

Nesse sentido, o conceito de Ecologia Social se constitui com objetivo de rever e ampliar as tradicionais concepções de Ecologia e Desenvolvimento, reforçando o fato das questões não se apresentarem apenas na natureza, mas também na cultura, representada por hábitos e costumes sociais. Segundo Maciel (2009), Ecologia Social é a que pensa a inserção do ser humano na sua cultura e a relação do ser humano com a natureza, uma sustentabilidade dinâmica,

sociocultural e humana.

A Ecologia Social aponta para a transformação evidente das relações de indivíduos e grupos com o meio ambiente e o mundo econômico nos quais se inserem. Evidencia-se assim a urgente necessidade de incorporar esses indivíduos e grupos a uma noção de desenvolvimento sustentável, levando em conta os atores sociais e a preservação das singularidades ambientais e culturais, com vistas a uma melhor qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

A Ecologia Social, voltada para a preservação sociocultural e ambiental, estuda as relações existentes entre o ser humano e o meio ambiente onde habita, e das próprias pessoas entre si, assim como a sua dinâmica cultural, ou seja, “o conjunto de relações que dão forma ao complexo sociocultural de determinada região” (MACIEL, 2000, p. 12).

Em consonância com a categoria de estudo identificada por Loureiro (2006) como visão emancipatória da relação sociedade-natureza, a Ecologia Social parte de uma perspectiva que se apoia na compreensão da população local, considerando a importância que estes atores vêm assumindo atualmente diante das discussões sobre desenvolvimento.

O desenvolvimento das comunidades com perspectiva voltada para a sustentabilidade representa um elo de continuidade, mantenedor do pertencimento e partilha da história e das tradições comuns a um povo, incentivando a recuperação da memória coletiva, através do reconhecimento por parte dos cidadãos, daquilo que tem significado, com intuito de fortalecimento de laços de identidade (BARRETO, 2000).

A esse respeito, Barreto (2000) comenta que:

Manter algum tipo de identidade – ética local e regional – parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas, por laços

extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dão segurança, que lhes informam quem são e de onde vêm, enfim, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece (BARRETO, 2000, P.46).

O conceito de desenvolvimento sustentável abrange, na atualidade, diferentes dimensões, que se combinam e se complementam. Pode-se, assim, falar em sustentabilidade ecológica, sustentabilidade do ambiente, sustentabilidade social e cultural, sustentabilidade econômica e sustentabilidade política.

A sustentabilidade ecológica constitui a base física do processo de crescimento e tem como objetivo a conservação e o uso racional do estoque de recursos naturais incorporados às atividades produtivas. A sustentabilidade do ambiente assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, bem como com a diversidade e recursos hídricos. A sustentabilidade cultural e social assegura que o desenvolvimento aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, é compatível com a cultura e os valores morais do povo por ele afetado e que mantém e fortalece a identidade da comunidade. A sustentabilidade econômica assegura que o desenvolvimento seja economicamente eficaz e que os recursos sejam geridos de modo a poder suportar as gerações futuras. A sustentabilidade política esta relacionada à construção da cidadania plena dos indivíduos por meio de fortalecimento de mecanismos democráticos de formulação e implementação das políticas públicas em escala global e diz respeito ainda à governabilidade nas escalas local, nacional e global (MMA, 2000, p.12).

Como pode ser identificado no texto acima, os conceitos de Desenvolvimento da Ecologia social caminham na mesma direção dos cinco pilares do desenvolvimento citados por Sachs (2008) que oito anos depois reforçam um olhar para questões sociais, pela perspectiva do valor da cultura local, do controle social, da promoção da cidadania e do exercício da democracia. Entretanto, nem sempre os saberes populares e os valores locais se colocam como parte dos processos decisórios, descaracterizando processos que deveriam assumir formatos democráticos (tanto de planejamento quanto de gestão).

Articular a comunidade, assim como conferir a ela direitos e responsabilidades, é essencial não somente para a construção da sustentabilidade, mas também para a conservação tanto do ambiente quanto da cultura local.

O conceito de sustentabilidade social do MMA, acima citado, inclui as práticas do controle e da participação social como inerentes ao efetivo desenvolvimento sustentável, tanto para garantir o processo de crescimento urbano e rural, quanto para promover novas discussões sobre o uso e o planejamento das áreas que, atualmente, se propõem conservar ambientes naturais (sejam elas reconhecidas como áreas protegidas ou não). Dessa forma, é importante que as áreas que, atualmente, propõem ações de conservação ambiental invistam na implementação de estratégias de aproximação e inclusão das comunidades em suas atividades e discussões, sendo este um dos pilares da perspectiva socioambiental.

De acordo com as discussões contemporâneas acerca da relação entre sociedade e natureza, essa interação entre áreas que fazem conservação ambiental e as comunidades não deixa de fora os Jardins Botânicos, que passam a investir em aproximações com as comunidades de seu entorno. Nesse sentido, faz-se necessário refletir sobre o conceito de comunidade e de inclusão social.

4.3 Estudo de Comunidades e Inclusão Social

Atualmente a categoria comunidade vem sendo estudada por diferentes autores, principalmente na sociologia e na psicologia social (D'ÁVILA,2002; MACIEL, 1998; COSTA, 2008; BAUMAM, 2003).

Aqui o conceito de comunidade será tratado como categoria de coletivização e de individualização, conforme explica Sawaia (1996) :

Com os novos processos de globalização e com a aceleração das comunicações, diminuindo ou relativizando distâncias, é preciso rever este conceito (...) uma vez que se trata, ao mesmo tempo, de categoria

de integração e de autonomia, de coletivização e de individuação” (SAWAIA, 1996, p.37).

Assim o conceito de comunidade está relacionado a desejos, necessidades comuns que os unem, como no caso da comunidade do Horto que, além da localidade, busca o reconhecimento como comunidade de direito, porém não excluindo as individualidades, representada por desejos, vontades, aspirações diferenciadas de cada indivíduo, com identidade diferenciada.

Bauman (2003) comenta que a palavra “Identidade” significa aparecer, ser diferente.

No entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados (BAUMAN, 2003. p. 21).

No caso da comunidade do Horto, o medo de serem retirados do local os une em uma espécie de “comunidade cabide” (BAUMAN, 2003, p. 21) onde esses moradores com diferentes individualidades se unem em forma de uma expectativa, e, por mais que cada um viva a sua individualidade, há um relacionamento de solidariedade sobre a área comum de vida e de interesses.

Na Comunidade do Horto também existe um elo que se formou ao longo do tempo em um espaço comum, e com laços familiares de muitos dos moradores. Como a comunidade iniciou há cerca de setenta anos com alguns funcionários que receberam permissão para morar, a comunidade é composta basicamente de descendentes desses primeiros moradores, em média de três gerações, o que caracteriza uma relação de tempo, espaço e moradores, marcada pela convivência de vizinhança, família e trabalho. Corroborando com a afirmação de Costa (2008, p.54), “as comunidades são complexos que integram as relações entre tempo, espaço e moradores.”

A perspectiva do estudo de comunidades com vistas à promoção da inclusão

social vem sendo tratada por alguns autores, como Sachs (2008) e Sen (1999).

Na direção das reflexões sobre pobreza e exclusão social, o desemprego vem sendo apontado, por muitos pesquisadores, como a principal causa dos processos exclusivos e das inúmeras desigualdades sociais na sociedade contemporânea.

A oportunidade de inserção no mercado de trabalho representa um requisito para uma sociedade menos desigual. “O crescimento econômico não traz desenvolvimento, a menos que gere emprego e contribua para a redução da pobreza e das desigualdades” (SACHS, 2008, p.36).

Conforme destacam esses autores, a inclusão social não se dá somente pela via do trabalho, sendo importantes também outros direitos humanos; entretanto, o trabalho abre caminho para o exercício de vários outros direitos.

O desenvolvimento pode ser redefinido em termos de universalização e do exercício efetivo de todos os direitos humanos: políticos, civis e cívicos; econômicos, sociais e culturais; bem como direitos coletivos ao desenvolvimento, ao ambiente, etc. Embora os direitos sejam indivisíveis, deve ser dado um status especial ao direito ao trabalho (SEN, 1999, p. 26).

De acordo com Sachs (2008, p. 38) “sob algumas circunstâncias, a inclusão justa, se converte em requisito central para o desenvolvimento, o desenvolvimento includente.” Entretanto, esse desenvolvimento, enquanto processo de universalização dos direitos, ainda está por acontecer.

A maneira natural de definir o desenvolvimento includente é por oposição ao padrão de crescimento perverso, conhecido como 'excludente' (do mercado de consumo e 'concentrador' (de renda e riqueza). O desenvolvimento includente requer, acima de tudo, a garantia do exercício dos direitos, civis, cívicos e políticos (SACHS, 2008, p. 38-39).

Embora o trabalho seja apontado por estes autores como grande ferramenta nos processos de inclusão social, ressaltamos também que a empregabilidade e a educação são condições necessárias, mas não suficientes, para ter acesso a um

trabalho digno. “Deve vir junto com um pacote de políticas de desenvolvimento” (SACHS, 2008, p.39).

Entre outras garantias, o trabalho é também a porta de entrada para o universo do consumo.

Em uma sociedade em que o consumo é uma condição de status, os que não são capazes de praticar sua individualidade através do poder de consumo são excluídos, pois essa incapacidade os separa de um grande número de seus contemporâneos (BAUMAN, 2005).

Segundo Galeano (2007), o refugio humano, ou seja, fora do mercado de trabalho, representa um enorme contingente de indivíduos excluídos que demandam por políticas de inclusão social.

Assim, para garantir a inclusão social, entende-se que seja necessário que as instituições voltadas para a questão ambiental, entre elas o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, de acordo com suas normas e regulamentações, prevejam ações para inclusão de grupos populacionais historicamente à margem dos processos decisórios.

4.4 Visitação e turismo sustentável

O turismo é o fenômeno econômico mais expressivo das últimas décadas, e vem sendo identificado como potente agente de interlocução entre sociedade e natureza, bem como de inclusão social e valorização de comunidades receptoras. Do ponto de vista econômico, essa atividade, atualmente, é superada apenas pela indústria automobilística.

Frente ao crescimento acelerado em muitos países, o turismo vem se apresentando como a mais importante fonte de renda. O forte crescimento da atividade, repercutindo no ambiente, na vida econômica, social e cultural das áreas receptoras, gerando impactos de qualidade e quantidade diversos, colocou o

turismo, nos últimos tempos, como tema prioritário na pauta de preocupações de planejadores e gestores de políticas públicas (SEABRA, 1999).

Cresce, assim, em todo o mundo, a necessidade do planejamento e da gestão da atividade turística sob as premissas da sustentabilidade, que cuidam dos limites impostos pelo meio natural. Assim, a prática do turismo passa a compor o quadro de discussões que envolvem as questões sociais e ambientais.

A partir da década de 1990, em todo o mundo, o crescimento da tecnologia permitiu a agilização e o barateamento dos serviços turísticos. Desde então, fronteiras se estreitam e pessoas ficam mais próximas, frente ao fenômeno da globalização. O avanço tecnológico, o crescimento dos meios de transporte e de comunicação, bem como o aumento do tempo livre, colocado à disposição das pessoas, foram as principais causas observáveis do crescimento do turismo no século XX (MILONE & MILONE, 2000).

Frente à necessidade de aproximação entre sociedade e natureza, as áreas de atrativos naturais passaram a se constituir como objeto de desejo e anseio por parte de muitas pessoas, motivo pelo qual as atividades de turismo se voltam cada vez mais para as áreas onde há ambiente natural preservado. E é neste sentido que o JBRJ insere em sua pauta a questão do turismo, pela via da visitação de seu acervo e arboreto.

São poucos os estudos no mundo e no Brasil que se dedicam a avaliar os impactos causados pela atividade turística, a fim de implantar medidas que possam estabelecer limites para esse crescimento.

As ideias contidas no turismo sustentável estão em processo de construção, seja no aspecto teórico-conceitual, seja no aspecto das estratégias e ações implementadas. Há atualmente uma consciência crescente da importância de pensar e agir em prol do turismo sustentável com vistas a minimizar os impactos negativos e maximizar aqueles que apontem para os caminhos de conservação do meio ambiente (SEABRA, 1999).

O Código Mundial de ética do Turismo é voltado para construção de um

turismo sustentável que, de acordo com definição da Organização Mundial do Turismo (OMT, 1999):

É respeitoso com o meio ambiente e com o meio natural, com a valorização de usos e costumes locais, com a distribuição equitativa dos benefícios econômicos, sociais e culturais para as comunidades receptoras e com a conservação dos patrimônios culturais. Para tanto, o turismo sustentável vem mobilizando a sociedade civil organizada, empresários, meio acadêmico e órgãos governamentais para a discussão em torno de sua conceituação e estratégias de ação (OMT, 1999).

Segundo Barreto (2000), o turismo sustentável entende o atrativo turístico como um legado que deve ser usufruído hoje e levado até as gerações futuras, e é mantenedor dos elos de continuidade, pertencimento e partilha da história e das tradições comuns a um povo.

Na escala local e regional, o turismo sustentável deve incentivar a recuperação da memória coletiva, através do reconhecimento por parte dos cidadãos, daquilo que tem significado enquanto patrimônio, com intuito de fortalecimento de laços de identidade.

O turismo que se deseja para garantir a conservação do patrimônio começa, atualmente, a ser discutido. As diferentes modalidades turísticas vêm levando as áreas receptoras a um sem número de problemas socioambientais, numa prática nada sustentável.

Na maioria das vezes a área que se pretende proteger está ameaçada. Cabe lembrar, contudo, que não apenas o ambiente natural está em risco nessas áreas, mas também se encontra ameaçado o conjunto das comunidades receptoras dessas áreas de atrativos naturais. Perdas de tradições, hábitos e costumes são registrados, comumente em áreas turísticas brasileiras. Possibilitar reflexões para a valorização do legado cultural local é condição básica para a prática do turismo sustentável.

Para que as ideias do turismo sustentável sob o enfoque do legado cultural se tornem viáveis e possam transitar da teoria para as ações concretas, discussões em torno do planejamento e da gestão participativa em escala local estão

acontecendo, no nível acadêmico e naquele das políticas públicas. Há convergência das ideias em torno da necessidade de articular os atores sociais, muni-los de direitos e responsabilidades em prol da construção do turismo sustentável (BOCAYUVA, 1999).

A garantia de que todos aqueles que estão envolvidos no turismo podem dele se beneficiar na atualidade e no futuro, gerando renda e emprego, melhorando a qualidade de suas vidas e do ambiente ou mesmo salvaguardando suas tradições, culturas e valores, representa forte estímulo para a conservação do patrimônio visitado.

Numa economia globalizada, normas e regras para o desenvolvimento do turismo, estabelecidas por instituições nacionais e mundiais, interferem direta ou indiretamente nas comunidades locais.

De acordo com Seabra (1999), o turismo sustentável deve:

(...) ser entendido como parte de uma rede de causas e efeitos, onde a atividade turística possa contribuir para o fortalecimento da economia global, para a harmonia entre os povos, para a observância dos direitos de liberdade do ser humano, para o respeito às diferenças culturais e para as exigências do meio natural (SEABRA, 1999, p.27).

O turismo encontra nas ideias do desenvolvimento sustentável mecanismos que podem levar à promoção do turismo sustentável, incorporando a comunidade na gestão e planejamento, levantando o diferencial turístico de cada modalidade, socializando os impactos positivos da atividade, protegendo o patrimônio objeto da visitação e dando qualidade à visita.

No Brasil, a partir dos anos 1990, políticas e ações para o planejamento e gestão específicos para o turismo sustentável vêm sendo incentivados. Destaque deve ser feito para o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), esse Programa tem como princípios básicos a descentralização, o incentivo às ações em parceria, o fomento à mobilização comunitária, bem como as iniciativas de capacitação para o envolvimento das

pessoas no planejamento e gestão sustentável do turismo, tendo o poder público, a iniciativa privada e os representantes da comunidade como atores desse processo (OMT, 1997, p.78).

Outro importante documento da Organização Mundial do Turismo (1997), no tocante a uma nova concepção de planejamento e gestão do turismo sob base local é o “Desenvolvimento de Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais” (OMT, 1997, p. 79). Esse documento enfatiza a gestão e planejamento do turismo local, da realização dos estudos de capacidade de suporte locais, no que tange aos meios ecológicos, físicos, sociais e psicológicos, da existência de infraestrutura adequada à atividade de desenvolvimento de trabalhos em educação ambiental para a comunidade, de estudos de viabilidade econômica e social e da atividade e aplicação da legislação ambiental, entre outros.

Em relação às populações locais, são relevantes os trabalhos que possam fortalecer os laços de pertencimento local e de valorização dos moradores, bem como aqueles de identificação das heranças culturais, como de atrativos turísticos.

A identificação de possíveis impactos ambientais advindos do turismo, e as proposições de medidas de prevenção e correção podem ser executados pelas comunidades. A comunidade, quando incluída no processo de desenvolvimento do turismo, pode vir a garantir que os benefícios do turismo se estendam até ela e que seus patrimônios sejam salvaguardados e possam permanecer para as gerações futuras.

As discussões do turismo sob o enfoque do legado cultural, do planejamento e da gestão participativa, na escala local, emergem de documentos oficiais e discussões acadêmicas, pelo reconhecimento de que é pelo patrimônio de uma comunidade que se fortalece o turismo.

A participação dos diferentes atores sociais no planejamento e monitoramento da atividade pode maximizar os impactos positivos, possibilitando melhor distribuição dos benefícios dele decorrentes e levando a

uma maior proteção ambiental.

De acordo com as recomendações da Organização Mundial do Turismo (OMT, 1994), as principais responsabilidades do Estado quanto à gestão e planejamento da atividade turística são: preparar os cidadãos para o turismo; assegurar o direito ao lazer e às férias para a população; assegurar o desenvolvimento sociocultural, por meio do turismo; assegurar o desenvolvimento econômico e salvaguardar e proteger a natureza.

Para esta pesquisa, cabe discutir se a memória coletiva e a os saberes locais emergem nos relatos dos jovens como patrimônio imaterial a ser valorizado como parte da história do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em consonância com as proposições do turismo sustentável.

UNIDADE IV: METODOLOGIA

Capítulo 5: Recursos Metodológicos da pesquisa

A coleta de dados foi realizada através da observação participante e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas e a observação participante permitiram a interação com os oito jovens em uma troca entre pesquisador e pesquisados, fornecendo condições para uma melhor compreensão de seu processo de significação e das leituras feitas pelos jovens acerca da sua relação, de sua família e de sua comunidade com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O ponto-chave tanto da observação quanto das entrevistas é como os oito jovens relatam estas relações.

As entrevistas foram feitas a partir de convite em abordagem individual. A

partir da concordância dos jovens em participar da pesquisa, foi agendado com cada um deles um horário para a entrevista. As entrevistas ocorreram em dias diferentes e tiveram duração média de 50 minutos. Foram realizadas individualmente e ocorreram nas áreas do próprio Jardim Botânico, ao ar livre. As entrevistas foram realizadas com os oito jovens que participaram do PRS, em 2009, especificamente do módulo de monitoria.

Lembrando Minayo, a entrevista é compreendida como "uma conversa a dois com propósitos bem definidos" (MINAYO, 1994, p. 24). O método para a estruturação das entrevistas foi o de "pergunta de corte". A *pergunta de corte* é definida por Costa (1998, p.9) como "a questão que deve perpassar todas as entrevistas" (COSTA, 1998). Esta pergunta ajuda a delimitar o objeto de estudo e a conduzir as falas em direção a esse objeto.

A pergunta de corte, nesta pesquisa, foi "como você vê a sua relação e a de sua comunidade com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro?". Além desta, foram elaboradas outras questões que poderiam ou não ser utilizadas, no sentido de colaborar com a condução da fala dos jovens em direção ao objetivo da pesquisa (APÊNDICE I). A entrevista se constituiu em uma conversa orientada pelo roteiro e incentivada pela abordagem livre do tema.

Assim, a observação participante favorece o acesso ao cotidiano da comunidade pesquisada. O recurso utilizado para registrar a observação participante foi o diário de campo.

A observação participante foi desenvolvida durante toda a formação do Programa de Responsabilidade Social, que se deu ao longo do ano de 2009. Após o final do curso, eu segui fazendo observações referentes aos jovens pesquisados, anotadas em diário de campo ao longo do ano de 2010, ano seguinte à realização do PRS. Essas observações feitas após o encerramento do PRS foram

possíveis na medida em que encontrava os jovens pelo parque e, em algumas oportunidades, podia conversar com eles. Uma das jovens, por exemplo, atua como monitora do cactário, área anexa ao meu escritório; outra trabalha como secretária do Gabinete da presidência da instituição. Alguns não estão mais vinculados ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e não foram vistos após o encerramento do curso; portanto não compuseram as notas pós-curso.

5.1 Contextualização da pesquisa

Esta dissertação foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tomando como referência a linha de pesquisa “Comunidades, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Inclusão Social”, que tem como foco central a perspectiva interdisciplinar vinculada à dimensão psicossociológica do desenvolvimento.

O grupo pesquisado caracteriza-se por oito jovens da comunidade do Horto, vizinha ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que participaram do Programa de Responsabilidade Social desta instituição, em 2009. Pela caracterização da população desta comunidade (Conferir Figuras I, II e III), pode-se inferir que esses jovens são descendentes de funcionários ou de ex-funcionários da instituição que residem na comunidade do Horto.

Ainda considerando a caracterização desta população, é possível identificar, através dos salários recebidos, que seus parentes trabalham ou trabalhavam principalmente em funções de apoio na instituição, como motoristas,

jardineiros, entre outros. Essas funções pagam os menores salários e são ocupadas por pessoas com menos escolaridade, o que sugere que, assim como os jovens do Programa de Responsabilidade Social, seus pais e/ou avós também não possuem ou possuíam muitas oportunidades profissionais. Diferem, assim, substancialmente dos outros jovens de classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro, embora seja esta a região em que estão inseridos, em termos geográficos.

Ao entrar no programa, os jovens passaram por um processo de seleção. Deveriam estar devidamente matriculados em escolas e estar na faixa etária de 14 a 21 anos. Ao serem aprovados eles poderiam optar entre o curso de jardinagem ou de monitoria. Todos os jovens do curso de monitores participaram da presente pesquisa.

A baixo quadro detalhado dos 08 jovens entrevistados, nos quais os nomes apresentados são fictícios, mas as idades são verdadeiras.

Quadro IV: Detalhamento dos entrevistados

Como pode ser identificado no Quadro IV, a cima, os jovens participantes tinham entre 15 e 19 anos, sendo quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino. As entrevistas foram feitas após o encerramento do curso de monitoria. O Quadro IV nos permite identificar que dos oito participantes da pesquisa, quatro permanecem trabalhando no próprio Jardim Botânico do Rio de Janeiro, um está trabalhando como monitor em outras instituição e os outros três continuam seus estudos.

As entrevistas foram o principal instrumento para coleta de dados, pois as respostas forneceram subsídios para analisar os resultados da investigação.

A entrevista é o procedimento mais usual do trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos nas falas dos atores

sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada (MINAYO, 1994, p.24).

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas, gerando um material escrito que serviu de objeto de análise. As entrevistas foram feitas no ano seguinte após o término dos encontros. Os encontros de formação de monitores ocorreram entre os meses de fevereiro e julho de 2009.

A observação participante teve início no começo do curso e se estenderam até um ano depois.

A observação participante tem a finalidade de possibilitar a obtenção de resultados socialmente mais relevantes e se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo, fornecendo subsídios para analisar os resultados da investigação de cunho qualitativo, com foco no desenvolvimento social, cultural e na sustentabilidade (GIL, 2008, p.12).

A observação participante é "a participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou da situação determinada. Nesse caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo" (GIL, 2008, p.13).

Nesta pesquisa, a observação participante contribuiu para identificar, em situações cotidianas e em conversas informais com os jovens, dados complementares às falas apresentadas nas entrevistas, acerca da relação da Comunidade do Horto com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real. (MINAYO, 1994, p.23).

Nas ocasiões em que os encontrava, após o fim do curso, procurava ter conversas informais com eles. As notas do diário de campo são tanto sobre os comentários que teciam quanto sobre minhas observações em relação às transformações que identificava nos jovens: no comportamento, forma de se expressar em projetos de futuro, entre outros.

5.2 Métodos de análise

De acordo com sugestão de Minayo (1992), podemos apontar três finalidades para essa etapa: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte. Essas finalidades são complementares, em termos de pesquisa social.

A análise e a interpretação do material coletado e produzido nas entrevistas (transcrições) e na observação participante (diário de campo) foram realizadas empregando-se o conceito de categorias, agrupando elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abrangê-los (MINAYO, 2004).

A análise foi desenvolvida durante todas as etapas da pesquisa de campo, desde a observação participante até as entrevistas e interação entre pesquisador e pesquisado, pois esse procedimento se dá ao longo de todo o processo e não somente na fase de classificação das categorias de análise.

Na medida em que estamos tratando de análise em pesquisa qualitativa, não devemos nos esquecer de que, apesar de mencionarmos uma fase distinta com a denominação 'análise', durante a fase de coleta de dados a análise já poderá estar ocorrendo (MINAYO, 1994, p. 26).

A partir do material coletado nas entrevistas, foi feita a leitura, o agrupamento por categoria e, em seguida, a análise de cada grupo de respostas.

O estudo dos dados das entrevistas levou à identificação de três principais categorias de respostas, que se apresentam assim relacionadas: a) O que dizem os jovens sobre sua relação com o Jardim Botânico; b) O que dizem os jovens sobre a relação de suas famílias com o Jardim Botânico; c) O que dizem os jovens da relação da sua comunidade com o Jardim Botânico. Cada uma destas categorias concentra subcategorias, elencadas e discutidas em sequência.

Foi feita também a leitura do diário de campo, selecionando trechos que poderiam contribuir para o debate proposto. O estudo do diário de campo se apresenta em tópico específico, uma vez que sua análise ocorreu pelo estudo comparativo entre registros de diferentes datas.

UNIDADE V: REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA

Capítulo 6: Análises e discussões

As análises foram feitas a partir dos dois grupos de dados coletados: resultados das entrevistas e registro do diário de campo.

6.1 As entrevistas

Para efeito ilustrativo das categorias agrupadas, seguem à apresentação dos dados algumas falas referidas, nas quais os nomes apresentados são fictícios, mas as idades são verdadeiras.

É importante ressaltar que, como já apresentado, a pesquisadora atuou durante um semestre, como orientadora desses jovens, em seu curso de monitoria. Embora as entrevistas tenham sido realizadas após o término do curso, a relação institucional existente entre os jovens e a pesquisadora influencia os dados coletados, podendo haver uma identificação, por parte dos entrevistados, de que haveria a necessidade de valorizar ou enaltecer sua experiência no Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Esta postura – institucional e formal – frente à pesquisadora se mostrou mais presente nos

primeiros minutos das entrevistas. Sendo “a relação do jovem com a instituição” o primeiro tema tratado nas entrevistas, foi preciso compreender as respostas apresentadas a partir desse contexto. Por este motivo cabe aqui essa nota, no sentido de esclarecer o leitor a cerca não só dos dados, mas de toda parcialidade necessariamente presente em toda pesquisa social.

Essa primeira entrevista proporcionou a experiência que conduziu a elaboração do roteiro.

Apresentam-se abaixo os principais resultados das entrevistas, seguido da análise e discussão de cada uma das categorias identificadas.

a) O que dizem os jovens sobre sua relação com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro

A partir da pergunta de corte (“como você vê a sua relação e a de sua comunidade com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro?”), os jovens iniciaram suas falas tratando de sua relação com o Jardim Botânico. Apresentaram respostas referentes principalmente à história de sua relação com o Jardim Botânico, apontando a necessidade de comentar essa relação a partir de uma análise comparativa entre o presente e o passado.

Esta comparação entre o presente e o passado tem como marco divisor a inserção do jovem no Programa de Responsabilidade Social. Essa não foi uma condução da entrevista, mas apresentou-se nas respostas dos oito jovens entrevistados, devido ao fato de todos os oito entrevistados terem iniciado sua relação com a instituição somente após o ingresso no Programa; esse acabou por se tornar um marco muito presente nos relatos.

a.1) Tempo passado: relação com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro antes do Programa de Responsabilidade Social

Os discursos acerca do “passado” (ou “antigamente”) referem-se ao período anterior à sua entrada no Programa de Responsabilidade Social. Com relação àquele período, quatro dos jovens entrevistados comentaram que nunca tinham visitado o Jardim Botânico e que não conheciam sua importância.

“Antigamente, eu nem sabia o que era o Jardim Botânico” (Marcela, 17 anos).

Os outros quatro jovens já conheciam o Jardim Botânico. Alguns, em situações pontuais, como uma visita escolar, uma sessão de fotos para álbum; outros, em situações corriqueiras, como usar a instituição como caminho de passagem ou acompanhar algum conhecido que trabalhasse no Jardim Botânico.

“Eu achava o Jardim Botânico um lugar sem graça” (Ricardo, 16 anos).

“Para mim era um lugar onde só tinha palmeiras imperiais” (Eduardo, 15 anos).

Entretanto, todos os jovens, tanto os que conheciam quanto os que não conheciam, relataram que não compreendiam bem a importância do Jardim Botânico, nem a sua história e por isso não o achavam muito interessante.

“Eu não gostava porque não sabia como que é importante, o Jardim Botânico” (Júlia, 19 anos).

Aqui se evidencia a identificação dos jovens acerca do papel que o Jardim Botânico assume de informar e tornar o conhecimento disponível para que seja

possível uma nova relação da comunidade com a instituição. Os jovens caracterizaram sua relação anterior com a instituição como de “distanciamento” e “desconhecimento”, justificando tal relação pela falta de acesso às informações. Assim, os discursos dos jovens sobre o acesso a essa informação (propiciada pelo Programa de Responsabilidade Social), apontaram que, através do programa, a instituição alcançou seu objetivo de facilitar a compreensão do público sobre seu papel como um recurso para conservação.

Vimos surgir nos discursos dos entrevistados a afirmativa de que, o que determinou a transformação de sua relação com o Jardim Botânico foi o fato de passarem a entender sua importância, história e atrativos. Aqui vemos marcas significativas da perspectiva conservadora da relação entre sociedade e natureza, apresenta Loureiro (2006), uma vez que a transferência de conhecimento é ferramenta largamente utilizada e valorizada.

Neste sentido, podemos identificar que, embora o Jardim Botânico, em seu discurso, pretenda uma aproximação com a comunidade de seu entorno, vislumbrando possibilidades de relação que sigam em direção à perspectiva emancipatória – que teria como centralidade a participação social e a construção coletiva de saberes – a compreensão que esses jovens apresentaram de tal aproximação, aponta para a noção de transmissão e acúmulo de conhecimento.

a.2) Uma nova relação dos jovens com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Referindo-se ao momento presente, os jovens destacaram em seus discursos a participação no Programa de Responsabilidade Social como marco diferencial em

sua relação com o Jardim Botânico. Assim, a totalidade dos jovens entrevistados entende hoje o local como espaço que influenciou positivamente suas vidas, tendo melhorado o relacionamento com familiares e amigos, ajudado nos processos de estudo e aprendizado na escola e facilitado a escolha e o exercício de uma profissão.

“Ajudou a me relacionar com os familiares, fazer amizades e ter responsabilidade” (Marcela, 17 anos)

Após participarem do Programa de Responsabilidade Social, os jovens descreveram algumas transformações em suas atitudes e comportamento com relação a seus familiares e amigos. Com os familiares, relataram que a relação mudou por terem passado a ter mais responsabilidade e a conviver menos com os colegas “de bairro”, uma vez que tinham menos tempo livre.

“É bom, porque daí não saio com o pessoal lá da comunidade, né, porque tem muita coisa errada...” (Eduardo, 15 anos).

A este respeito, cabe aqui uma observação: a questão das amizades “do bairro” em suas falas é tratada de forma pejorativa, porque está relacionada aos colegas que, precocemente, abandonaram a escola ou que estão em processo de ruptura com a mesma.

Nesse sentido, a aproximação com o Jardim Botânico pareceu apresentar aos jovens entrevistados um outro universo, afastando-os do seu próprio. Esse afastamento traz em si uma série de conquistas – perspectiva de trabalho, ampliação das visões de mundo etc – mas também traz perdas – relação com suas origens, amizades de infância, construções coletivas de memória local, identidades e referências locais.

Entendendo que seja essa a formação para a qual esses jovens estavam

inseridos no Jardim Botânico, é preciso refletir por que o processo de aproximação aparece aqui no discurso dos jovens como elemento que os afasta de sua própria comunidade e cultura. É preciso lembrar que, embora este não seja um efeito desejável, na formação para o turismo sustentável defendido pela OMT (1997), a perda de tradições, hábitos e costumes são comumente registradas em áreas turísticas brasileiras.

Por outro lado, a aproximação com a instituição acenou com outras possibilidades, como estudo, trabalho e planos de futuro mais amplos. Assim, no discurso dos jovens, o distanciamento de sua própria comunidade emerge como positivo, indicando certa identificação com discursos alheios, que afirmam a incapacidade da comunidade conseguir, por si, garantir a seus jovens um futuro melhor.

É importante destacar que, nos discursos dos jovens entrevistados, surge como aspecto positivo em sua relação com o Jardim Botânico o fato de terem passado a ter mais responsabilidade, o que nos remete à lógica de mudança de comportamento, fortemente presente na perspectiva conservadora da relação entre sociedade e natureza identificada por Loureiro (2006), conforme já apresentado.

Essa valorização do aprendizado como conquista garantida pelo Jardim Botânico pode nos dar pistas da relação que a instituição tem estabelecido com estes jovens e das repercussões alcançadas em suas famílias. Considerando que tais informações nos são apresentadas pelo discurso dos jovens entrevistados, podemos inferir que, em sua relação com o Jardim Botânico, o modelo conservador – historicamente característico dos Jardins Botânicos – alcança, por extensão, as comunidades vizinhas.

Nesse sentido, identifica-se que, a partir da participação nos programas de inclusão e responsabilidade social, os jovens da comunidade do Horto apresentam

a lógica do conhecimento como elemento importante para se produziram comportamentos mais respeitosos com o ambiente natural. Entretanto ainda não emergem em seus discursos elementos que apontem para o desenvolvimento local e valorização da cultura regional como aspectos igualmente relevantes, ao se pensar em visitação sustentável no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Ainda comparando antes e depois de sua participação do Programa de Responsabilidade Social, alguns jovens relataram o fato de a instituição ter passado a representar seu local de trabalho, levando-os a mudar sua visão acerca da instituição, não como área protegida ou como espaço de visitação e compartilhamento, mas a partir de uma relação de mercado. Ou seja, a visão destes jovens sobre o Jardim Botânico está atravessada pela lógica da economia, mais do que pela relação sustentável entre sociedade-natureza.

Três jovens, ao se referirem ao JBRJ, lhe dão atributos de lar, como na fala de Júlia:

“O JBRJ é a minha segunda casa” (Júlia, 19 anos).

Acerca destes discursos, argumentaram que este sentimento se explicava por ser o Jardim Botânico o local onde estudaram, receberam apoio, fizeram amizade e é hoje onde alguns deles trabalham. Ao buscar os objetivos da formação desses jovens como monitores de visitas sustentáveis da instituição, em confronto com a proposta de formação para o turismo sustentável da OMT, é interessante identificar convergências e limites. Por um lado, a perspectiva do turismo sustentável se mostra presente na formação dos jovens, na medida em que forma pessoas respeitosas com o meio ambiente e com o meio natural. Por outro lado, a lógica da valorização de usos e costumes locais e da distribuição equitativa dos benefícios econômicos, sociais e culturais para as comunidades receptoras não parece ainda ganhar espaço nesse processo de formação.

Cabe lembrar, contudo, que não apenas o ambiente natural está em risco nessas áreas, mas também se encontra ameaçado o conjunto das comunidades receptoras dessas áreas de atrativos naturais. Perdas de tradições, hábitos e costumes são registrados, comumente em áreas turísticas brasileiras. Possibilitar reflexões para a valorização do legado cultural local é condição básica para a prática do turismo sustentável.

b) O que dizem os jovens sobre a relação de suas famílias com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Embora a condução da entrevista levasse ao tema sobre a relação da comunidade com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em todas as entrevistas houve um momento em que os jovens falaram especificamente de suas famílias em relação ao Jardim Botânico Rio de Janeiro.

Novamente a tendência dos entrevistados foi fazer um relato comparativo, informando sobre a relação de sua família com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro antes e depois de sua participação no Programa de Responsabilidade Social. Esta estratégia parecia ser uma necessidade dos jovens para conseguirem falar sobre esse assunto. Entretanto, entendendo que também seria esse um assunto que poderia ser tratado a partir de diferentes perspectivas, em seguida aos primeiros relatos foram feitas novas perguntas, que ajudaram a ampliar a análise dos jovens no que se referisse à relação da comunidade com o Jardim Botânico.

b.1) Uma relação ainda distante

Sobre a relação de sua família com o Jardim Botânico, antes de sua participação no Programa de Responsabilidade Social, a maioria dos jovens entrevistados disseram ser distante e superficial:

“Minha família nunca tinha vindo ao Jardim Botânico” (Pedro, 17 anos).

A história das famílias com o Jardim Botânico repete a própria história dos jovens: a proximidade geográfica não se constitui em um facilitador para aproximações de outra ordem, como a visitação ou o reconhecimento enquanto área de lazer.

O distanciamento entre suas famílias e a instituição aparece, nos discursos dos jovens, não apenas pela ausência de visitação, mas também pela ausência de apropriação da própria história da instituição, apontando para um distanciamento simbólico, marcado por uma proximidade geográfica esvaziada de sentido.

“Ninguém lá em casa conhecia a história do Jardim Botânico” (Jorge, 16 anos).

Sabemos que a proximidade geográfica, em muitos casos, pouco ou nada facilita as aproximações concretas e simbólicas entre grupos populacionais e ambientes diversos. A partir do discurso dos jovens entrevistados, podemos identificar que o Jardim Botânico, embora se manifeste com intensão de aproximação com a comunidade de seu entorno, não pretende que essa

aproximação ocorra de forma livre.

Os discursos apontaram para uma ausência de incentivo para a aproximação voluntária dos membros da comunidade com a instituição. Ao contrário, os jovens indicaram que as aproximações de seus familiares se iniciaram a partir de sua inserção em um dos programas do Jardim Botânico informando que, possivelmente, a intensão de aproximação deste com a comunidade tenha uma trajetória definida a ser cumprida. Não ocorre de forma livre e voluntária, mas segue um roteiro: primeiro, instrui-se um dos membros da família; em seguida, os demais se aproximam do Jardim Botânico, pelas mãos daquele primeiro, que já está “capacitado” para promover uma aproximação “adequada”. Talvez por isso as famílias, inicialmente, não se sentissem atraídas a conhecer melhor seu vizinho, mas apenas a partir da inserção de seus jovens em programas da instituição.

Os jovens, ao falarem desse distanciamento entre a família e o Jardim Botânico, não aprofundaram o assunto. Entretanto, em momentos posteriores, refletiram sobre os motivos do afastamento.

b.2) Jardim Botânico e trabalho

Um dos jovens entrevistados informou ter um familiar que já conhecia o Jardim Botânico, por ser funcionário da instituição. Aqui, embora em menor número, aparece uma informação que nos remete aos dados apresentados sobre a comunidade do Horto: a relação dos moradores com a instituição é, em grande parte, caracterizada pelo trabalho (Cf. figura II).

Após sua participação no Programa de Responsabilidade Social, os jovens

constataram que a relação de sua família com o Jardim Botânico mudou. Entre eles, dois disseram que a relação mudou porque se tornou seu local de trabalho:

“A minha família passou a ver o Jardim Botânico com outros olhos, porque é o meu local de trabalho” (Gabriela, 19 anos).

“Meus pais ficaram mais felizes comigo, porque estava numa oportunidade de trabalho” (Pedro, 17 anos).

A comunidade do Horto, como tantos outros lugares do Brasil, é um local onde os jovens têm tido dificuldades para conseguir seu primeiro emprego. Por outro lado, o fato de ser uma comunidade marcada, majoritariamente, pela baixa renda familiar, a inserção dos jovens no mercado de trabalho tem significados múltiplos para as famílias.

As questões em torno dessa temática se desdobram em várias direções, desde o receio de envolvimento desses jovens com “más companhias” até a possibilidade de ser um universitário, ou um trabalhador formal em lugares socialmente respeitados – como a prefeitura, ou o próprio Jardim Botânico. Por este motivo, o fato de o Jardim Botânico do Rio de Janeiro passar a ser o local de trabalho de um dos jovens da família pode alterar a relação desta com a instituição, não por produzir novas formas de participação social, mas simplesmente por se tornar local provedor de renda e prestígio.

Analisando, a partir das perspectivas de relação entre sociedade e natureza, anteriormente apresentadas (LOUREIRO, 2006), podemos indentificar que o Jardim Botânico parece produzir grande impacto na vida dos jovens e de suas famílias, ao se constituir como possível instituição empregadora. Essa relação diz respeito às formas como, frente a situações de pobreza e carência de trabalho, a instituição se coloca: não como articuladora de novas formas de emancipação que produzam mobilização e transfiram poder social aos membros da comunidade,

mas levando-os a se adequarem rapidamente às regras e demandas já colocadas previamente pela sociedade.

b.3) Conhecer e cuidar

No decorrer das entrevistas, alguns jovens informaram que a mudança foi de outra ordem, e relacionaram ao fato de terem acesso à história da instituição:

*“A minha família passou a dar mais importância porque contei a história do Jardim Botânico”
(Marcela, 17 anos).*

Neste aspecto, pode-se identificar que esses jovens entenderam que sua relação e a de sua família com o Jardim Botânico sofreu transformações após o acesso a algumas informações, advindas da própria instituição. Essa característica na relação das famílias difere dos resultados encontrados por Machado (2005), que identifica entre os associados do Jardim Botânico (moradores de outras regiões do Rio de Janeiro que não a comunidade do Horto), uma relação com o Jardim Botânico mais motivada e constituída por elementos afetivos do que de conhecimentos teórico-científicos.

É interessante, aqui, discutir essa premissa de que o acesso à informação modifica as relações das famílias com o Jardim Botânico. Cabe refletir o quanto essa transformação implica os moradores na consolidação de políticas de proteção da região, ou na gestão da instituição, ou mesmo em situações deliberativas sobre a relação com a própria comunidade. O acesso à informação produz certas transformações, mas tem capacidade parcial, uma vez que não envolve e não forma, apenas informa; não implica e não colabora com a

apropriação dos espaços decisórios. Apesar do acesso à informação, isoladamente, não ser um fator de transformação, foi possível observar que, no discurso dos jovens, esse acesso foi marcante em suas vidas.

Na visão de Moscovici sobre a relação entre sociedade e natureza, a questão ambiental é uma questão universal e por isso deve ser tratada nesse âmbito, através de uma maior participação social.

A escolha é simples: ou por bem os povos se situarão realmente nesse âmbito de ação e procurarão uma solução ampla, ou então isso se tornará uma evolução particularmente difícil de se encontrar em conjunto: dessa forma a questão natural lhes será imposta sem que seus desejos e interesses sejam levados em conta. Tudo deve ser feito para que seja realizada a primeira escolha (MOSCOVICI, 1997, p.247).

Porém, como foi possível observar nas entrevistas, não parece partir desses jovens uma mobilização junto a sua comunidade para discutir a questão ambiental.

c) O que dizem os jovens sobre a relação de sua comunidade com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Na intenção de ampliar a leitura acerca da relação da comunidade do Horto com o Jardim Botânico, de forma a extrapolar a comparação entre o “antes” o “depois” de sua inserção no Programa de Responsabilidade Social e o foco no núcleo familiar, os jovens foram convidados a falar de suas comunidades de forma mais ampla, para além de suas famílias.

A maior parte dos entrevistados comentou que a comunidade do Horto não

frequentava, ou frequentava pouco, tendo como principais motivos o alto custo e o seu desconhecimento sobre o Jardim Botânico e sua história.

“A comunidade não frequenta porque é caro e não pode fazer nada” (Adriana, 15).

A esse respeito, cabe ressaltar que a entrada tem o custo de seis reais por pessoa. Considerando uma família composta por quatro pessoas, o custo seria de vinte e quatro reais para ingressar no parque. Com base na figura II (já apresentada), a grande maioria dos moradores recebe até seis salários mínimos. A partir desta informação constata-se que o custo de um passeio de lazer familiar pode ser elevado para os padrões da comunidade.

O fato de não ser permitida a entrada de alimentos, e a realização de lanches na área verde representa mais um custo para esses moradores. Esse fator faz com que muitos optem por áreas que permitam piqueniques e não tenha custo de entrada, como o Parque da Cidade e o Parque Lage, conforme relatado nas conversas informais com os jovens entrevistados.

Há discursos de que houve um período em que as entradas ao parque eram gratuitas para os moradores. Nessa época, as visitas dos moradores da comunidade do Horto ao Jardim Botânico eram mais frequentes. Atualmente o sistema de entrada é informatizado e com catracas, o que restringe a entrada gratuita, como anteriormente acontecia.

O Regulamento de Uso Público do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Apêndice II), documento que determina o que é permitido e o que não é permitido no parque, restringe bicicleta, bola, trajes de banho, lanches, música, cachorro, entre outros, o que também acaba por restringir a frequência de visitantes que preferem ir a áreas onde sejam permitidas essas atividades e que a entrada seja gratuita.

Os jovens entrevistados que já trabalham no local muitas vezes se colocaram no lugar da instituição ao responder essa questão, não no lugar de comunidade, assim colocavam-se na posição de quem julga mal os moradores de sua própria comunidade pelo fato de não interagirem com a instituição.

“Os moradores da comunidade não conhecem a importância do Jardim Botânico” (Adriana, 15 anos).

Neste sentido, lamentaram dizendo que a comunidade deveria visitar mais, e até mesmo cuidar mais do Parque:

“Os moradores da comunidade deviam vir mais” (Jorge, 17 anos).

“a comunidade devia cuidar mais do Jardim Botânico” (Ricardo, 16 anos).

Essas afirmativas dos jovens destoam daqueles momentos em que, com olhar de quem resgata registros da memória, lembraram do baixo poder aquisitivo de sua comunidade e lamentaram a dificuldade de acesso.

Alguns jovens lembraram que, embora a comunidade não mantenha uma relação de visitante com o Parque, muitos de seus integrantes são (ou já foram) funcionários:

“A principal relação é de trabalho. A maioria dos moradores da comunidade trabalham ou trabalharam no Jardim Botânico” (Adriana, 15 anos).

Neste tema, os jovens perceberam a relação de sua comunidade com a instituição, principalmente como profissional, ou seja, os que se relacionaram com a instituição é porque trabalham ou trabalharam no local. Assim como a aproximação deles com a instituição se deu através do Programa de

Responsabilidade Social por oferecer um curso profissionalizante, assim também é na visão deles a relação de sua comunidade com a instituição.

A perspectiva emancipatória da relação entre sociedade e ambiente natural se fundamenta na prática da participação social, da gestão compartilhada e da produção coletiva de saberes e decisões, sendo, portanto, a garantia de acesso a áreas constituídas para visitação uma de suas ferramentas para articulação social.

As propostas de desenvolvimento sustentável consideram a necessidade de dividir o espaço com o outro, tendo como principais valores o lazer e as relações de trabalho, conduzindo a um desenvolvimento pessoal e social, onde o objetivo é a melhoria da qualidade de vida. Neste caso o Programa de Responsabilidade Social proporcionou uma aproximação da comunidade com o Jardim Botânico como um espaço de trabalho, porém ainda não repercutiu em aproximações como espaço de lazer e de descanso, ou seja: como espaço de direito.

Embora a participação social seja uma das premissas da perspectiva emancipatória da relação entre sociedade e natureza, nenhum dos jovens entrevistados apresentou, espontaneamente, o tema da participação social de forma clara. Quando este tema apareceu em alguns discursos, foi de forma incipiente e pouco clara.

Entende-se que seja essencial articular os atores sociais, para que os preceitos do turismo sustentável e da perspectiva emancipatória da relação entre sociedade e natureza se tornem viáveis, e possam transitar da teoria de inclusão social para as ações concretas. Assim discussões em torno do planejamento e da gestão participativa em escala local estão acontecendo, no nível acadêmico e nas políticas públicas, visando não somente a conservação do patrimônio visitado, mas também a garantia de que todos aqueles que estão envolvidos no turismo possam dele se beneficiar na atualidade e no futuro, gerando renda e emprego, e

melhorando a qualidade de suas vidas e do ambiente, ou mesmo salvaguardando suas tradições, culturas e valores.

Os jovens entrevistados comentaram este assunto de forma superficial, informando que em sua comunidade, até o limite de seus conhecimentos, não há pessoas diretamente envolvidas na organização e planejamento, em processos consultivos ou deliberativos do Jardim Botânico.

“Minha família nunca foi chamada para nenhuma reunião no Jardim Botânico” (Jorge, 16 anos).

Os jovens, de uma forma geral, não sabiam se essa ausência de participação se dava por não serem convidados ou se eram convidados porém não iam as reuniões. Os discursos apontaram para um desconhecimento, inclusive sobre a possibilidade de participar de processos de gestão da instituição, não sabiam informar se essa ausência de participação se dava por falta de convite ou por falta de adesão.

Estes dados indicam que, embora tenham aparentemente aprendido muito sobre a instituição, pouco ou nada acumularam de conhecimento acerca de participação social e gestão participativa, o que, mais uma vez, aponta para a reafirmação dos princípios da perspectiva conservadora da relação entre sociedade e natureza.

O acesso à informação, como já discutido, teve para esses jovens um poder direcionado, com relação à promoção de inclusão social. Por um lado, não ajudou a implicar na participação (nem suas nem de suas famílias e comunidade) em processos decisórios do JBRJ; por outro lado, ampliou as possibilidades de estudo, trabalho e projetos de vida dos jovens entrevistados.

Esse tema é relevante pois ajuda a compreender que, na medida em que produz novas formas de relação com as comunidades de seu entorno, o Jardim Botânico

não parece efetivamente se aproximar de uma perspectiva socioambiental dessa relação, produzindo possibilidades de apropriação do espaço pelos moradores da região através da gestão participativa e do fomento de debates públicos e leituras críticas sobre a participação social.

6.2 Observando os jovens no Jardim Botânico do Rio de Janeiro: notas do diário de campo

A partir da análise das notas de diário de campo, foi possível identificar as mudanças nos jovens, mencionadas por eles durante as entrevistas.

Segunda semana de encontros de formação de monitores:
Durante os encontros desta semana, observei que a maioria dos jovens do curso tinha muita timidez e receio com essa relação nova na vida deles, e com os turistas. É como se estes pertencessem a outro mundo, assustando-os um pouco. Esta semana observei a dificuldade dos jovens em se expressarem, nos momentos em que eu pedia que falassem sobre um determinado atrativo em voz alta, eles não conseguiam colocar a voz de forma a serem escutados pelos visitantes. Acho que essa aproximação entre jovem da comunidade, monitor e turista visitante, pode ser ao mesmo tempo intimidadora e enriquecedora, por representar uma comunicação entre dois mundos bem diferentes (Nota de diário de campo, fevereiro, 2009).

Quadragésima semana dos encontros de formação de

monitores: Vejo, ao se aproximar o final do curso, que a atitude dos jovens mudou bastante. Antes eram tímidos e desestimulados, alguns até se diziam preguiçosos, agora já é possível observar uma nova postura diante do futuro. Alguns jovens tinham uma timidez tão grande que até para responder perguntas feitas por mim em frente aos colegas, era difícil, não tinham muita facilidade em se expressar em público. Alguns eram mais desinibidos na turma, mas quando tinham que se expressar perante outras pessoas tinham muita dificuldade. Outra mudança que identifiquei é que, no início do curso, muitos não se interessavam em ter uma carreira profissional ou não tinham interesse em estudar assuntos ligados ao meio ambiente (Nota de diário de campo, novembro, 2009).

Aqui identifica-se uma mudança caracterizada pela aproximação paulatina de um outro modo de vida e relacionamento com outras pessoas. Há, ao que parece, uma correspondência crescente dos jovens a uma espécie de adequação social, que, possivelmente, se amplia para além dos limites do Jardim Botânico.

Também no diário de campo há notas sobre comentários informais feitos pelos jovens acerca de sua relação com a família:

Quadragésima segunda semana de curso: Neste último mês percebi, através de muitas conversas, que os relacionamentos deles mudaram muito ao longo do curso de monitoria. Eles comentam muito informalmente, que sua relação com os familiares melhorou, pois estes ficaram mais felizes em ver seus filhos “encaminhados”. Seu desempenho na escola também melhorou muito, acredito que devido ao reforço escolar no Programa de Responsabilidade Social, além de receberem um grande estímulo para seu futuro profissional (Nota de diário de campo, dezembro, 2009).

Em outras notas do diário de campo, foi possível verificar que os jovens (após o fim dos encontros) e seus familiares raramente ou nunca são vistos no Parque em atividades de lazer, estudo ou trabalho, exceto aqueles que permanecem trabalhando na instituição:

Após o encerramento do curso: tem sido comum encontrar os jovens pelo parque, porém sempre a trabalho ou usando o espaço somente como passagem, raramente os vejo passeando com seus familiares e amigos o que me fez pensar que os jovens não usam muito o espaço para atividades de lazer em família. Acho que não se apropriaram deste espaço (Nota de diário de campo, março, 2010).

Podemos identificar no diário de campo, assim como nas entrevistas, um grande avanço, apontado pelos jovens, com relação à transmissão de conhecimento. É preciso ressaltar a relevância que tais transformações têm em suas vidas. Foi possível observar a transformação relatada por eles nas relações entre os próprios jovens no decorrer dos encontros.

Após o encerramento do curso: Alguns jovens me surpreenderam, pois mudaram seu modo de vestir, de se comportar e de falar, principalmente os que passaram a trabalhar em escritórios da instituição, assumindo uma postura séria e profissional. Muitas vezes recebem elogios por não se vestirem mais como antes e por terem uma atitude diferente (Nota de diário de campo, maio, 2010).

Em sua totalidade, os oito jovens entrevistados, tanto em suas respostas às entrevistas quanto em conversas informais, comentaram sobre o caráter positivo que tais transformações operaram em suas vidas e suas relações. Entretanto, conforme já analisado nas entrevistas, se por um lado essas transformações ocorridas com os jovens promoveram benefícios em suas vidas, por outro lado os afastaram de sua própria comunidade.

Após o encerramento do curso: as entrevistas foram realizadas após o final do curso, momento em que os jovens já estavam mais à vontade por já me conhecerem um pouco mais e também já estavam mais familiarizados com toda a equipe do PRS, o que permitiu que as entrevistas fossem feitas em forma de conversa. Alguns assuntos não foram aprofundados como eu gostaria, embora já não haja mais timidez (Nota de diário de

campo, junho, 2009).

Acerca do processo de entrevistas, constata-se nas notas de diário de campo que a aproximação com os jovens entrevistados foi facilitada pelo fato de ter se iniciado após o encerramento do curso, e não no início do mesmo.

6.3 Discussões

Após análise ampla dos dados coletados, identifica-se que a dificuldade de aprofundamento de assuntos como participação social que é central na visão emancipatória da relação sociedade-natureza não está relacionada à boa ou má aproximação entre pesquisadora e pesquisados, mas à ausência deste tema em suas vidas e relações cotidianas.

Como constatado já no primeiro momento da entrevista, cinco dos oito jovens entrevistados, assim como seus familiares, nunca tinham visitado o Jardim Botânico do Rio de Janeiro antes da inserção dos jovens em programas da instituição. Algumas famílias foram pela primeira vez ao Parque motivados pelos jovens, que passaram também a informar sobre o Jardim Botânico a seus familiares.

Esse processo de “transmissão de conhecimento” pode atuar como incentivo para outros processos, sendo possível – mas não único – alimentador das

aproximações das famílias com a instituição.

Em pesquisa voltada para a relação dos visitantes com JBRJ, Machado (2005) lembra que o conservacionismo é característica forte da instituição, e contribui para a construção de processos efetivos de educação e orientação para a relação entre ser humano e natureza:

O propósito conservacionista de Jardins Botânicos é uma oportunidade de agregar uma gama variada de indivíduos com expectativas e interesses variados, direcionando o conhecimento científico para o entendimento das questões do meio ambiente e conservação (MACHADO, 2005, p. 21).

Os jovens participantes da presente pesquisa relataram também a mudança da relação dos familiares com o Jardim Botânico em função de representar uma oportunidade profissional, um local de trabalho para esses jovens. Os pais passaram a ficar mais satisfeitos com esses jovens, pois estavam realizando uma atividade profissionalizante e tendo oportunidades advindas da instituição. Tais relatos marcam o importante papel desempenhado pelo Programa de Responsabilidade Social do Jardim Botânico do Rio de Janeiro para essas famílias, através da inclusão social no mercado de trabalho.

Outras respostas demonstram que os jovens entrevistados pensavam que sua comunidade deveria “participar mais”, “visitar mais” e “cuidar mais”. O fato de conhecerem mais a história e a importância do local através do Programa de Responsabilidade Social gerou uma aproximação maior dos jovens e de seus familiares da instituição e, conseqüentemente, um afastamento – ao menos no nível discursivo – desses jovens com relação aos “*outros*” da própria comunidade. Esse distanciamento simbólico de sua própria comunidade pode indicar que, embora caminhem em direção as bases do turismo sustentável e da relação sociedade-natureza emancipatória e do desenvolvimento sustentável, ainda não há efetivamente, um processo que deixe nos jovens a marca da valorização da memória e dos saberes locais.

Três dos oito jovens entrevistados acham que o Programa de Responsabilidade Social foi responsável por sua aproximação com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, pois passaram a entender melhor e a dar mais valor ao local. Essa informação aparece de forma dúbia, uma vez que, ao mesmo tempo em que relatam que as relações da comunidade mudaram bastante com relação ao Jardim Botânico graças ao Programa de Responsabilidade Social, também lamentam a pouca aproximação que a comunidade tem com a instituição, comentando que essa relação deveria ser melhor e maior, apontando para o desconhecimento sobre as possibilidades de participação social nos processos de planejamento e deliberação institucional.

A relação de trabalho aparece fortemente na fala dos jovens, tanto no que se refere à sua própria relação com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro quanto no que diz respeito à relação da comunidade com a instituição. Esta aproximação – pela via do trabalho – vai ao encontro das primeiras intenções da instituição ao criar o Programa de Responsabilidade Social, uma vez que pretendia tão somente produzir sua própria mão-de-obra, o que nos remete à necessária reflexão sobre os avanços da proposta em direção a uma relação mais participativa e atuante, no que tange à aproximação com a comunidade.

Capítulo 7: Considerações finais

A partir dos resultados obtidos através das análises das entrevistas e da interpretação do diário de campo, foi possível constatar que o Programa de Responsabilidade Social repercutiu positivamente na relação da instituição com a sua comunidade vizinha, ao criar um meio de aproximação com os jovens da comunidade, representando a retomada de uma relação entre a instituição e a Comunidade do Horto, o que vem ao encontro dos objetivos iniciais do Jardim Botânico do Rio de Janeiro ao criar esse programa. Além disso, o programa é também um marco histórico para a instituição, tendo em vista que essa relação vinha sendo caracterizada por afastamento e conflitos.

A estratégia institucional de atingir os mais jovens da comunidade através da profissionalização foi bastante eficiente no sentido de aproximação, através da lógica econômica, pois propiciou a esses jovens, com poucas oportunidades profissionais, chances de estudo e trabalho. Esse efeito do Programa de Responsabilidade Social acaba por suprir uma demanda muito presente em comunidades mais vulneráveis: a garantia de trabalho. Desta forma, atinge não só os jovens mas também seus familiares, que passaram a ver a instituição como local que oferece as primeiras chances profissionais e de aprendizado para seus filhos.

A principal manifestação dos jovens, com relação às oportunidades garantidas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, dizem respeito ao vínculo empregatício, o que depõe sobre as condições de vida e de trabalho desses jovens, bem como o lugar e o valor que o trabalho ocupa em suas vidas.

A lógica da profissionalização para preparação de mão de obra para o próprio

Jardim Botânico do Rio de Janeiro aparece como ponto valorizado pelos jovens e suas famílias. Não está em questão, para os jovens, se sua relação com a instituição poderia ser mais do que isso, se poderiam ter algum poder decisório no Jardim Botânico do Rio de Janeiro enquanto comunidade, por exemplo.

Mas as mudanças ocorreram também no comportamento desses jovens que passaram a ter oportunidades de convívio com outras camadas sociais através do estudo, bem como afastando-os das influências das consideradas “más companhias” (*sic*), melhor aproveitamento do tempo livre, maior dedicação nos estudos, comportamento mais responsável e abertura de perspectivas de vida e maior motivação para encaminhamento profissional.

Essa mudança de comportamento é um conceito central na perspectiva conservadora da relação sociedade-natureza apresentada por Loureiro (2006). Embora identificada nas falas dos jovens entrevistados enquanto fator de crescimento pessoal, pouco repercutiu no relacionamento da comunidade do entorno com a instituição, pois esta ainda não a frequenta, embora entenda melhor a importância de sua conservação.

Lembrando Loureiro (2006), na visão conservadora da relação sociedade-natureza, o ato de preparar pessoas para a relação com o ambiente natural está restrito à busca por mudança cultural e individual, uma vez que entende que a mudança de comportamento seria suficiente para produzir:

Desdobramentos sobre a sociedade como forma de aprimorar as relações sociais, tendo como parâmetro as relações vistas como naturais (...), sem entrar no mérito da possibilidade histórica de construir outro sistema social (LOUREIRO, 2006, p. 112).

Porém torna-se necessário discutir e tomar como foco não somente a mudança de comportamento – como na visão conservadora – mas a transformação social e o enfrentamento das desigualdades com maior centralidade da participação social nos processos decisórios, referentes à sustentabilidade na relação com o ambiente

natural.

As orientações oferecidas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro têm, como enfoque, a transmissão de informações sobre o próprio Jardim Botânico do Rio de Janeiro e sobre as espécies ali existentes, baseado no compartilhamento de conhecimento técnico com a população, entendendo que o acesso à informação e à orientação pode modificar positivamente o comportamento das pessoas no que diz respeito a suas relações com o ambiente natural. Porém não há, nas falas dos jovens, uma identificação de que a instituição promova a valorização do conhecimento popular; ao contrário, incentiva e valoriza o saber técnico.

As aproximações com a comunidade de seu entorno, então, passam por momentos de transferência de informações, de acúmulo de conhecimento produzido até – em alguns casos – o afastamento dos jovens de suas próprias origens, mas em pouco ou nada avançam em direção à apropriação e legitimação do uso do Jardim Botânico do Rio de Janeiro pela comunidade em questão.

Assim, embora a formação dentro dos programas de responsabilidade social tenha produzido importantes mudanças nas vidas desses jovens, é preciso refletir sobre a questão da cultura. No centro entre culturas, uma que corresponde ao universo vivido pelo jovem do Horto e outra que é a cultura do conhecimento científico e das relações polidas, quanto cada um desses universos pôde oferecer de si? A relação de aculturação ocorreu dos dois lados, como preconizam os princípios do turismo sustentável? Quanto dessa relação produziu efeitos também no Jardim Botânico?

Por mais que tenha ocorrido uma aproximação da instituição com a comunidade do Horto, essa aproximação está muito mais apoiada na mudança de comportamento através da transmissão de conhecimento, características bem marcantes da visão conservadora de relação sociedade-natureza, de acordo com

Loureiro (2006), não tendo chegado a implicar em uma maior participação social dessa comunidade em processos decisórios de sua comunidade em relação ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A promoção da sustentabilidade deve ser considerada como prática institucional e social, que reconheça a complexidade dos problemas e busque estratégias amplas, integradas e participativas para enfrentá-los, apoiando-se na superação da exclusão social. É preciso refletir sobre os objetivos de promoção da inclusão social, indo além das marcas sociais de inclusão pelo trabalho para alcançar os patamares da inserção nos meios destinados ao planejamento e à gestão, como parte importante dos processos de inclusão.

É importante que os Jardins Botânicos invistam na implementação de estratégias de aproximação e inclusão das comunidades não somente através da transmissão de conhecimento e mudança de comportamento, mas também através da inclusão nos processos decisórios, estimulando e articulando os atores sociais locais para uma maior participação social, sendo este um dos pilares da perspectiva socioambiental.

Tomando como referência a história dos debates acerca da relação entre sociedade e natureza, os Jardins Botânicos – no Brasil e no mundo – vêm também transformando sua visão e suas propostas de atuação, porém são, ainda na contemporaneidade, unidades que lidam com os recursos naturais essencialmente a partir da perspectiva conservadora, não havendo, em princípio, um investimento em controle social ou em gestão participativa, como na perspectiva emancipatória.

O Programa de Responsabilidade Social funcionou como um canal de comunicação que foi aberto entre Jardim Botânico e Comunidade do Horto e gerou uma maior aproximação porém não o suficiente para dar a esta relação

historicamente construída ao longo de quase cem anos, o caráter socioambiental da relação sociedade-natureza.

Para que os programas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro de aproximação com a comunidade sejam de fato transformadores sociais para a construção de uma sociedade sustentável é necessário estreitar ainda mais essa relação, colocando em foco a transformação social não somente, a mudança de comportamento e a transmissão de conhecimento apenas por uma via.

É preciso, portanto, entender a relação sociedade-natureza de forma intrínseca e não naturalizar a relação de distanciamento entre homem-natureza, para que essa relação seja revista e reconstruída com bases não somente, em gerar oportunidades profissionais, mas também como bases em participação social.

Assim os resultados da pesquisa apontam para a necessidade de se produzir, na relação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro com a comunidade do Horto, reflexões para a valorização do legado cultural local, considerando que esta seja uma condição básica para a prática do turismo sustentável.

Compreender os problemas do ambiente, a partir de um enfoque integrado e participativo, é fundamental para que propostas de um cenário alternativo de desenvolvimento econômico e social possam resultar em balanços mais positivos entre benefícios e prejuízos dele decorrentes. Portanto, a promoção da sustentabilidade deve ser considerada como prática institucional e social, que reconheça a complexidade dos problemas e busque estratégias amplas, integradas e participativas para enfrentá-los.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAHOR. Disponível em: http://www.museudohorto.org.br/História_do_Horto Acessado em 22 de agosto de 2011.

AMAJB. Disponível em: <http://www.amajb.org.br/2012/01/materia-de-o-globo-de-10012012-equivocos-no-jardim/>. Consultada em: 28 de fevereiro de 2012.

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2005.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Editora e Zahar. Rio de Janeiro. 144p. 2003.

BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Papirus Editora. São Paulo. 163pp. 2000.

BEDIAGA, B. **Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Vol.14, n.4, 1131-1157pp. 2007.

BIZZO, M. N. Da Silva. **Cacos de memória Experiências e desejos na (re) construção do**

lugar: o horto florestal do rio de Janeiro. Editora Arquimedes. Rio de Janeiro. 2005

BOCAYUVA, C. **A Transição em curso e o Eixo da Cidadania-Trabalho** In: Ciclos de Debates-Desenvolvimento local no contexto metropolitano. FINEP/Ministério da Ciência e Tecnologia/Agenda Social Rio. Rio de Janeiro. 10 pp. 1999.

BOO, E.. **O Planejamento do Ecoturismo para as áreas Protegidas** In: Ecoturismo: Um guia para o planejamento e gestão. Editora SENAC. São Paulo.31-58 pp. 1995.

BUENO, E. L., Serpa, P. T., Sena, R. B., Oliveira, R. J. B. & Soeiro, S. **A responsabilidade social e o papel da comunicação.** Em Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo/Petópolis: Instituto Ethos. 273-302 pp. 2002.

COMISSAO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIA. **A Agenda 21.** Brasília: Centro de Documentação e Informação-Coordenação de Publicação. Brasília. 469 pp. 1995.

CONAMA, **Conselho Nacional do Meio Ambiente, Resolução CONAMA n. 339,** de 25.09.2003. Disponível em: http://ftp.mct.gov.br/legis/ outros_atos/ res339_2003.htm. Acessado em 12 de junho de 2003.

CONTI, V. M.; IWAMOTO, S.; ALMEIDA, T. M. H.; PEREIRA, T. S. **Revisão dos limites do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.** *Rodriguesia*, 59 (3). 603-607pp. 2008.

COSTA, I. T. M. **Fragmentos discursivos de bairros do Rio de Janeiro:** comentários. RJ: UNI-RIO, Curso de Mestrado em Memória Social e Documento.

Rio de Janeiro. 1998.

COSTA, S. Lima da. **Os sentidos da comunidade:** construções intergeracionais de memória coletiva na Ilha das Caieiras, em Vitória – ES / Samira Lima da Costa. Tese EICOS/IP/UFRJ. Rio de Janeiro. 2008.

COSTA, M.L.N.(Org.). **Diversidade biológica nos jardins botânicos brasileiros.** "Jardim Botânico do Rio de Janeiro". Rede Brasileira de Jardins Botânicos. Rio de Janeiro. 2004.

D'AVILA NETO, M.I. e MACIEL, T.B. Pantanal: um ecodesenvolvimento necessário. In: Maciel, T. (Org). **O ambiente inteiro.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 69-90pp. 1992.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental.** Editora Cidade. 1994.

DIEGUES, A C . **O mito moderno da natureza intocada.** Sao Paulo : NUPAUB / Universidade de São Paulo. 1996.

DURHAM, E. **Cultura, patrimônio e preservação.** Texto II. In: ARANTES, A. (Org.). **Produzindo o passado.** São Paulo: Brasiliense. 1984.

ECO-21. STRONG, M. 2009. **Secretário-Geral da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, RIO-92,** e primeiro Diretor-Executivo do PNUMA. *Disponível em:* <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=2009>> Acessado em: 02 de agosto de 2009.

GALEANO, Eduardo. **O Império do consumo.** Texto publicado pela revista Carta

maior em 17/01/2007 disponível em:
http://cartamaior.uol.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=90. Acessado em 02
de agosto de 2010.

GIL, A C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** / Antônio Carlos Gil – 6 ed.
Atlas. São Paulo. 2008.

KUHLMANN, M. & Handro, Hoehne, F.C.O. **O Jardim Botânico de São Paulo**.
Departamento de Botânica do Estado. São Paulo. 1941.

LEADLEY, E & Greene. **Manual Técnico Darwin para jardins botânicos**.
Tradução de Mônica Stawnitzer. Rio de Janeiro. JBRJ/RBJB. 154pp. 1999.

HONIG, M. **Como dar vida ao seu jardim**. Interpretação ambiental em jardins
botânicos. Tradução de Maria Tereza Bernardes. BGCI, RBJB, Rio de Janeiro.
92pp. 2005.

IBAMA, 2012. **Licenciamento Ambiental**. Disponível em:
<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>. Consultado em 29 de fevereiro de 2012.

IRVING, M. A, LOUREIRO, C.F, GIULINI, J.M.(Org.). **Parques Estaduais do
Estado do Rio de Janeiro: Construindo Novas Práticas para Gestão**. Rima
Editora. Rio de Janeiro. 147 pp. 2008.

JBRJ. **Site institucional do Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em:
www.jbrj.gov.br. Acessado em 12 de junho de 2007.

JBRJ. **Jardim Botânico do Rio de Janeiro: 1808 – 2008** / organizado por

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 250 pp. 2008.

JBRJ. **Site institucional do Jardim Botânico do Rio de Janeiro**. Disponível em: www.jbrj.gov.br. Acessado em 12 de agosto de 2011.

JBRJ, 2005. **Texto escrito pelo atual presidente do JBRJ Liszt Vieira**. Disponível em: http://www.jbrj.gov.br/materias/20_07_2005.htm. Consultado em 08 de março de 2012.

LEGISLACAO. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. In Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 23 de agosto de 2010.

LOUREIRO, C F B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. Editora Cortez. São Paulo. 2004.

_____, C. F. B., LAYRGUES, P. P., CASTRO, R. Souza de (orgs.) **Repensar educação ambiental: um olhar crítico**. Editora Cortez. São Paulo. 2009.

LIMA, M. **Responsabilidade social: apoio das empresas privadas brasileiras e comunidade e os desafios da parceria entre elas e o terceiro setor**. Em Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. São Paulo/Petrópolis: Instituto Ethos. 103-142 pp. 2002.

MACHADO, Carmen Silvia de L. M. **Ver, sentir, perceber: o instituto de pesquisas Jardim Botânico do rio de Janeiro na visão de seus associado**. Rio de Janeiro, UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS. (dissert. Mestrado). Rio de Janeiro.

UFRJ. 2005.

MACIEL, T. M. F. B. (Org.). **Caminhos para o desenvolvimento – Século XXI**. Rio de Janeiro: UFRJ/Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável as UFRJ/EICOS. 2 edição. 184 pp. 2006.

_____, T. (org.). **O Ambiente por inteiro**. Editora: UFRJ. Rio de Janeiro. 1992.

COSTA, Samira Lima. **Os sentidos da comunidade**: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. Arquivos Brasileiros de Psicologia (UFRJ. 2003), v. 1, 24-36pp. 2009.

_____, T. **A Perspectiva da Ecologia Social na Psicologia Social Comunitária**. São Paulo. ANPEPP. 150 pp. 2000.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. Hucitec-ABRASCO. São Paulo-Rio de Janeiro. 1992.

_____, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis. Editora Vozes. Rio de Janeiro. 1994.

MMA. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF. 2000.

_____, **Agenda 21 global**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18&idConteudo=575&idMenu=9065>>. Acessado em 24 de agosto de 2010.

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZONIA LEGAL. **Cidades Sustentáveis**. Brasília. 155 pp. 2000.

MOLINA, E., Sergio, **Turismo e Ecología**. Sergio Molina E: tradução Josely Vianna Batista- Bauru. São Paulo. EDUSC. 222pp. 2001.

MONTANA, P. J. & Charnov, B. H. **Administração: responsabilidade social**. Em Administração. Editora Saraiva. São Paulo. 32-51pp. 2000.

MORIN, E.; KERN, Anne Brigitte. **Terra Pátria**. Editora Sulina. Porto Alegre. 2000.

MILONE, M.C. & MILONE, P. C. **Perspectivas do turismo no Terceiro Milênio**. In: Turismo: teoria e prática. Editora Atlas. São Paulo. 353-372pp. 2000.

JBRJ. **Normais Internacionais de Conservação para Jardins Botânicos**. Conselho Nacional de Meio Ambiente, Rede Brasileira de Jardins Botânicos. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 112pp. 2001.

O GLOBO. On line. **Matéria escrita por Selma Schmidt e Ludmilla de Lima** em 31/05/2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/projeto-na-camara-regulariza-589-casas-erguidas-em-area-administrada-pelo-jardim-botanico-3000157>. Consultado em: 28 de fevereiro de 2012.

OMT. **Desenvolvimento de Turismo Sustentável**: manual para organizações locais. Organização Mundial do Turismo. Brasília. 217pp. 1997.

_____ **Agenda 21 for the travel and tourism industry: towards environmentally sustainable development.** Madri. 1994.

_____ **Código de Ética do Turismo.** EMBRATUR / Ministério dos Esportes e do Turismo / Governo Federal. Brasília. 6 pp. 1999.

PEIXOTO, Ariane Luna and GUEDES-BRUNI, Rejan R.. **Um Jardim Botânico bicentenário.** *Cienc. Cult.* [online]. n. 1., ISSN 0009-6725. 32-35pp. 2010.

PEREIRA, Tânia Sampaio, Costa, M.L.M.N. & Wyse Jackson, P. (orgs.). **Plano de Ação para jardins botânicos brasileiros.** BGCI, RBJB, JBRJ & HSBC. 44 pp. 2004.

PEREIRA, Tânia Sampaio and COSTA, Maria Lúcia M. Nova da. **Os Jardins Botânicos brasileiros: desafios e potencialidades.** *Cienc. Cult.* [online]. v. 62, n. 1., ISSN 0009-6725. 23-25pp. 2010.

PDDUA. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=12&p_secao=21
Consultado em : 28 de fevereiro de 2012.

RBJB. **Diretório dos Jardins Botânicos Brasileiros / Rede Brasileira de Jardins Botânicos.** Rio de Janeiro, 2000 – Disponível em <http://www.rbjb.gov.br>. Acesso em 20 de maio de 2007.

_____ **Ecoturismo em Jardins Botânicos.** Anais da XII Reunião de Jardins Botânicos Brasileiros – RBJB. Belém. 2003.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond. Rio de Janeiro. 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado**. Editora Garamond. Rio de Janeiro. 152 pp. 2008.

SANJAD, N. R. "**Éden domesticado: a rede luso-brasileira de jardins botânicos, 1796-1817**". Seminário Internacional Landi e o século XVIII na Amazônia, Belém. 2003.

SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. (org) **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 35-53pp. 1996 .

SEABRA, L. **Determinações da Capacidade de Carga Turística para a Trilha principal de Acesso à Cachoeira de Deus**,. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental – Universidade Federal Fluminense). Penedo, RJ. 177pp. 1999.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: Jardins no Brasil**. Studio Nobel. São Paulo. 1996.

SNUC. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza. [LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000](#). Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Consultada em 28 de fevereiro de 2012.

TOLDO, M. **Responsabilidade social empresarial**. Em Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades. Petrópolis: Instituto Ethos. São Paulo.71-102pp. 2002.

WILLISON, J. **Educação para desenvolvimento sustentável**: diretrizes para a atuação de Jardins Botânicos. RBB, IPJBRJ, BGCI. Rio de Janeiro. 2006.

APENDICE I

Pergunta de corte: Como é a sua relação e a de sua comunidade com o Jardim Botânico?

Roteiro para orientar a narrativa, utilizado a partir da necessidade, na condução da entrevista em formato de conversa:

- Como é sua relação com o Jardim Botânico?
- Como você vê a relação de sua comunidade com o Jardim Botânico?
- A sua comunidade e/ou familiares participam das reuniões de Associações de moradores e/ou reuniões do JBRJ?
- O que o Jardim Botânico representa para você?
- Que tipo de inclusão o programa propicia?
- Como essa comunidade se apropria do JB?

- O que atrai e o que afasta essa população do JB?
- Qual o impacto social do JB sobre essa comunidade?

ANEXO I - REGULAMENTO DE USO PÚBLICO DO JARDIM BOTANICO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO
PORTARIA JBRJ Nº 102/2011, DE 20 DE JULHO DE 2011**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO - JBRJ, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.316, publicada no Diário Oficial da União de 07 de dezembro de 2001, o Decreto nº 6.645, de 18 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2008, e a Portaria Ministerial nº 401, de 11 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2009, e **CONSIDERANDO** que o arboreto do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e se constitui em museu vivo com coleções científicas representativas da flora nacional estrangeira, **CONSIDERANDO** que a sua missão institucional é promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos florísticos do Brasil, visando o conhecimento e a conservação da biodiversidade, bem como a manter as coleções científicas sob sua responsabilidade, **CONSIDERANDO** que os regulamentos internacionalmente adotados para os Jardins Botânicos e sítios históricos prevêem normas específicas para sua utilização pública, tendo em vista suas características de acervo científico-natural, **CONSIDERANDO** a resolução CONAMA nº 339, de 25 de setembro de 2003, que dispõe sobre o regulamento de Jardins Botânicos,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Regulamento de Uso Público do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o qual passa a fazer parte integrante desta portaria.

Parágrafo Único. O disposto no presente regulamento se aplica à toda a área do Jardim Botânico, incluindo seu Arboreto e Horto Florestal.

Art. 2º O JBRJ poderá instituir normas complementares a este Regulamento.

Art. 3º Os casos omissos e as dúvidas suscitadas com a aplicação deste Regulamento serão dirimidas pela Presidência do JBRJ.

Art. 4º Ficam revogadas as Portarias JBRJ nº 053 de 22/11/2000, e nº 081 de 11/05/2005.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

LISZT B. VIEIRA

Presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
REGULAMENTO DE USO PÚBLICO DO INSTITUTO DE PESQUISA JARDIM**

BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO.

I - DO OBJETIVO

Regulamentar a atividade de visitação pública no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

II - DO ACESSO

a) o acesso ao arboreto do JBRJ ao público é feito somente pelos portões oficiais situados na rua Jardim Botânico nºs 920 e 1.008 e rua Pacheco Leão nº 101, no horário de 8:00 às 17:00 horas;

b) os associados da Associação de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro têm acesso também pelos portões da Rua Major Rubens Vaz e da Rua Pacheco Leão nºs 915 e 1.235, no horário de 6:00 às 18:00 horas, conforme previsto em Convênio;

c) o acesso de veículos automotores de passeio e utilitários de pequeno porte (micro-ônibus, vans, furgões), é feito pelos portões da Rua Jardim Botânico nº 1.008 e Pacheco Leão nº 1.235, de acordo com as regras específicas estabelecidas pela Direção da Instituição; e d) o acesso às instalações científicas e administrativas é permitido somente mediante autorização do setor correspondente.

Parágrafo Único. Serão admitidas exceções às disposições acima, nos casos de relevante interesse da Instituição, e a critério exclusivo da Presidência ou da Diretoria de Ambiente e Tecnologia.

III - DA VISITAÇÃO

A visitação pública ao Jardim Botânico segue as seguintes regras, que têm como objetivo preservar a flora e a fauna local, garantindo a observação científica das coleções vivas e promovendo o lazer contemplativo.

Não é permitido:

a) o acesso e a permanência de visitantes em estado físico ou psíquico que possa perturbar a boa ordem, tais como pessoas embriagadas, sob o efeito de substâncias entorpecentes, ou portando armas de fogo ou instrumentos perfurantes;

b) o acesso e a permanência de visitantes em trajés inadequados, tais como pessoas em roupas de banho ou sem camisa;

c) o acesso de crianças menores de 10 (dez) anos desacompanhadas;

d) a circulação de triciclos e bicicletas, ou similares, salvo as bicicletas a serviço desde que autorizadas e cadastradas pelo Setor de Segurança Patrimonial;

e) entrar com objetos que possam danificar o acervo ou perturbar a boa ordem, tais como bolas, pipa, triciclos, bicicletas, assim como instrumentos musicais, aparelhos sonoros e fogos de artifício;

f) praticar qualquer ato ofensivo à moral e aos bons costumes;

g) entrar com plantas ou com partes de plantas, da flora nativa ou exótica;

h) introduzir ou entrar com qualquer animal, salvo sob autorização do Instituto Brasileiro para o Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

i) escrever, gravar, pintar ou afixar letreiros, dísticos, palavras, cartazes, avisos ou figuras nas árvores e demais plantas, bem como nas placas e mapas;

j) escrever, gravar, pintar ou afixar letreiros, dísticos, palavras ou figuras de qualquer natureza, cartazes, avisos nas edificações e monumentos, como bancos, pontes, muros, bebedouros, estátuas, prédios e demais construções e equipamentos;

k) subir em balaustradas, cercas, bancos, monumentos, estátuas e demais construções

e equipamentos;

l) arrancar, danificar ou apanhar do chão, ou de qualquer planta, galhos, flores, folhas, frutos e sementes;

m) alimentar, capturar, maltratar, molestar ou matar qualquer animal, bem como destruir ou danificar seus ninhos, abrigos e criadouros naturais;

n) permanecer sobre gramados e canteiros, subir nas árvores ou nas outras plantas; e

o) arrancar ou danificar as placas de sinalização e/ ou de identificação das plantas.

IV - DO LAZER

a) a prática de atividades esportivas, incluindo a corrida, que não ameacem ou perturbem a boa ordem e que não coloquem em risco a flora e a fauna do Arboreto, podem ser realizadas no horário de 06:00 às 08:00 e de 17:00 às 18:00;

b) festas infantis de pequeno porte só podem ser realizados na área do Parque Infantil, sendo que as festas, devem seguir o trâmite da Portaria JBRJ nº 104/2010 e serem autorizadas pela Chefia de Gabinete da Instituição;

c) brinquedos em geral só podem ser utilizados no Parque Infantil; e

d) a alimentação e o consumo de bebidas não alcoólicas ficam restritas à área para lanches e piqueniques e à área do Parque Infantil, sendo proibido o consumo de alimentos e bebidas alcoólicas em qualquer outro espaço do Arboreto.

V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) o lixo deve ser colocado nos recipientes e locais específicos para este fim;

b) não é permitido vender ou oferecer artigos comerciais e de propaganda, salvo quando devidamente licenciado pela Presidência do JBRJ;

c) não é permitido angariar esmolas, donativos, contribuições, assinaturas, subscrições e outros recolhimentos semelhantes;

d) a utilização comercial de imagens do Jardim Botânico, seja em fotografias, filmagens ou em outros meios, deve ser autorizada pelo Chefe de Gabinete do JBRJ, nos termos da Portaria nº 104/2010;

e) não é permitida a realização de cultos e manifestações religiosas, bem como a deposição de cinzas e restos mortuários em qualquer área do Jardim Botânico; e

f) as sugestões e reclamações dos visitantes serão registradas em livros próprio localizado no Centro de Visitantes ou poderão ser feitas pelo sítio eletrônico do Jardim Botânico, www.jbrj.gov.br, através da seção fale Conosco/Informações/Escolha um assunto.

VI - DO CUMPRIMENTO DO REGULAMENTO E DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

a) cabe ao Serviço de Segurança Patrimonial, cumprir e fazer cumprir o presente Regulamento, encaminhando os casos omissos ou duvidosos ao Diretor da área a qual o caso esteja afeto;

b) as infrações ao disposto no presente regulamento sujeitarão os infratores a serem advertidos pelo Serviço de Segurança Patrimonial e após, a critério da Administração Superior, às seguintes medidas:

b.1) serão convidados a se retirar da área da Instituição;

b.2) ficarão sujeitos à multa, apreensão e demais sanções administrativas a serem executadas pelo IBAMA, nos termos do Decreto nº 6.514, de 23 de julho de 2008; e

b.3) serão encaminhados à autoridade policial competente.